



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 6, DE 2012

(Proveniente da Medida Provisória nº 550, de 2011)

Altera a Lei nº 10.735, de 11 de setembro de 2003, que dispõe sobre o direcionamento de depósitos à vista captados pelas instituições financeiras para operações de crédito destinadas à população de baixa renda e a microempresendedores, e dá outras providências.

ESTE AVULSO CONTÉM OS SEGUINTE DOCUMENTOS:

	Pág.
- Autógrafo do Projeto de Lei de Conversão.....	02
- Medida Provisória original.....	05
- Mensagem da Senhora Presidente da República nº 515, de 2011.....	07
- Exposição de Motivos nº 183/2011, do Ministro de Estado da Fazenda, da Casa Civil, da Ciência e Tecnologia e Direitos Humanos.....	08
- Ofício nº 312/2012, da Câmara dos Deputados, encaminhando a matéria ao Senado.....	10
- * Emendas apresentadas perante a Comissão Mista	
- Nota Técnica s/nº 28/11/2011, da Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado Federal.....	12
- Parecer sobre a Medida Provisória, em substituição à Comissão Mista, proferido no Plenário da Câmara dos Deputados – Relatora: Deputada Mara Gabrilli (PSDB/SP).....	15
- Folha de sinopse da tramitação da matéria na Câmara dos Deputados.....	63
- Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 4, de 2012, prorrogando a vigência da Medida Provisória.	66
- Calendário de tramitação da Medida Provisória.....	67
- Legislação citada.....	68

* Publicadas em caderno específico.

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 6, DE 2012
(Proveniente da Medida Provisória nº 550, de 2011)

Altera a Lei nº 10.735, de 11 de setembro de 2003, que dispõe sobre o direcionamento de depósitos à vista captados pelas instituições financeiras para operações de crédito destinadas à população de baixa renda e a microempreendedores, e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 10.735, de 11 de setembro de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º

Parágrafo único. Fica autorizada a utilização dos recursos de que trata o caput para operações de crédito em que sejam tomadores de recursos pessoas físicas com renda mensal de até 10 (dez) salários-mínimos, desde que os valores das operações sejam direcionados exclusivamente para adquirir bens e serviços de tecnologia assistiva destinados a pessoas com deficiência, na forma estabelecida em ato do Poder Executivo." (NR)

Art. 2º Fica a União autorizada a conceder subvenção econômica a instituições financeiras oficiais federais, sob a forma de equalização de taxas de juros e outros encargos financeiros, em operações de financiamento para a aquisição, por pessoa física, de bens e serviços de tecnologia assistiva destinados a pessoas com deficiência.

§ 1º A subvenção de que trata o caput fica limitada a R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais) por ano, observado o disposto no § 2º deste artigo.

§ 2º O valor estabelecido no § 1º poderá ser majorado nos exercícios fiscais subsequentes, mediante a correspondente previsão em lei orçamentária.

§ 3º O pagamento das subvenções de que trata o caput, com vistas no atendimento do disposto no inciso II do § 1º do art. 63 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, fica condicionado à apresentação, pela instituição financeira beneficiária, de declaração de responsabilidade pela exatidão das informações relativas às operações realizadas.

§ 4º O pagamento da subvenção de que trata o caput fica condicionado à existência de dotação orçamentária.

§ 5º A equalização de juros de que trata o caput corresponderá ao diferencial entre o encargo do mutuário final e o custo da fonte de recursos, acrescido da remuneração da instituição financeira.

§ 6º Ato conjunto do Ministro de Estado da Fazenda, do Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação e do Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República disporá sobre:

I - o limite de renda mensal para enquadramento como beneficiário do financiamento de que trata o caput;

II - o rol de bens e serviços de tecnologia assistiva destinados a pessoas com deficiência passíveis de financiamento com o crédito subvencionado, ouvido o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência - CONADE.

§ 7º Compete ao Ministério da Fazenda:

I - definir a taxa de juros e demais encargos que poderão ser cobrados dos mutuários pelas instituições financeiras nas operações de financiamento subvencionadas previstas nesta Lei;

II - definir a metodologia, as normas operacionais e demais condições para o pagamento da subvenção;

III - estipular os limites anuais de subvenção por instituição financeira, respeitada a dotação orçamentária reservada a essa finalidade; e

IV - divulgar, anualmente, informações relativas à subvenção econômica concedida por instituição financeira, indicando, no mínimo, e desde que satisfeita a exigência constante do § 8º deste artigo, o valor total da subvenção, o valor total das operações e a quantidade de operações por instituição financeira e por unidade da federação.

§ 8º As instituições financeiras oficiais federais participantes deverão encaminhar ao Ministério da Fazenda informações relativas às operações realizadas, no formato e na periodicidade indicados em ato do Ministro de Estado da Fazenda.

§ 9º O Conselho Monetário Nacional estabelecerá as condições necessárias à contratação das operações de financiamento.

§ 10. Na definição da taxa de juros e demais encargos a que se refere o inciso I do § 7º deste artigo, o Ministério da Fazenda deverá levar em consideração a renda do mutuário, com previsão de custos efetivos menores para aqueles de renda mais baixa.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

MEDIDA PROVISÓRIA ORIGINAL Nº 550, DE 2011

Altera a Lei nº 10.735, de 11 de setembro de 2003, que dispõe sobre o direcionamento de depósitos à vista captados pelas instituições financeiras para operações de crédito destinadas à população de baixa renda e a microempreendedores, e dá outras providências.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 10.735, de 11 de setembro de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º

Parágrafo único. Fica autorizada a utilização dos recursos de que trata o *caput* para operações de crédito em que sejam tomadores de recursos pessoas físicas com renda mensal de até dez salários mínimos, desde que os valores das operações sejam direcionados exclusivamente para adquirir bens e serviços de tecnologia assistiva destinados a pessoas com deficiência, na forma estabelecida em ato do Poder Executivo." (NR)

Art. 2º Fica a União autorizada a conceder subvenção econômica a instituições financeiras oficiais federais, sob a forma de equalização de taxas de juros e outros encargos financeiros, em operações de financiamento para a aquisição, por pessoa física, de bens e serviços de tecnologia assistiva destinados a pessoas com deficiência.

§ 1º A subvenção de que trata o *caput* fica limitada a R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais) por ano.

§ 2º O pagamento das subvenções de que trata o *caput*, com vistas ao atendimento do disposto no inciso II do § 1º do art. 63 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, fica condicionado à apresentação, pela instituição financeira beneficiária, de declaração de responsabilidade pela exatidão das informações relativas às operações realizadas.

§ 3º O pagamento da subvenção de que trata o caput fica condicionado à existência de dotação orçamentária.

§ 4º A equalização de juros de que trata o caput corresponderá ao diferencial entre o encargo do mutuário final e o custo da fonte de recursos, acrescido da remuneração da instituição financeira.

§ 5º Ato conjunto do Ministro de Estado da Fazenda, do Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação e do Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República disporá sobre:

I - o limite de renda mensal para enquadramento como beneficiário do financiamento de que trata o caput; e

II - o rol de bens e serviços de tecnologia assistiva destinados a pessoas com deficiência passíveis de financiamento com o crédito subvencionado.

§ 6º Compete ao Ministério da Fazenda:

I - definir a taxa de juros e demais encargos que poderão ser cobrados dos mutuários pelas instituições financeiras nas operações de financiamento subvencionadas;

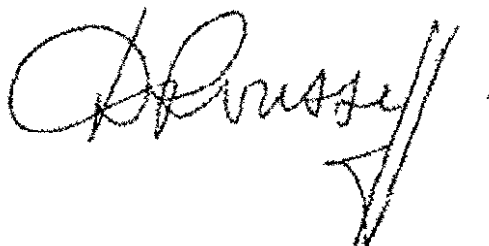
II - definir a metodologia e demais condições para o pagamento da subvenção; e

III - estipular os limites anuais de subvenção por instituição financeira, respeitada a dotação orçamentária reservada a esta finalidade.

§ 7º O Conselho Monetário Nacional estabelecerá as condições necessárias à contratação das operações de financiamento.

Art. 3º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 17 de novembro de 2011; 190º da Independência e 123º da República.

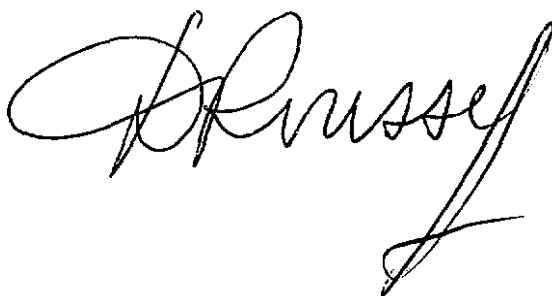


Mensagem nº 515, de 2011.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 62 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto da Medida Provisória nº 550, de 17 de novembro de 2011, que “Altera a Lei nº 10.735, de 11 de setembro de 2003, que dispõe sobre o direcionamento de depósitos à vista captados pelas instituições financeiras para operações de crédito destinadas à população de baixa renda e a microempreendedores, e dá outras providências”.

Brasília, 17 de novembro de 2011.

A handwritten signature in black ink, which appears to be "D. Rousseff", written in a cursive style.

Brasília, 10 de novembro de 2011.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

Submetemos à consideração de Vossa Excelência proposta de Medida Provisória, cujo objetivo é prover uma linha de crédito para aquisição de produtos de tecnologia assistiva destinados às pessoas com deficiência (PCD). Entende-se que a carência de acesso a esses produtos é fator de exclusão social, refletindo negativamente na vida familiar e profissional dessas pessoas.

2. Nesse contexto, a linha de crédito proposta facilitará a equiparação de oportunidades das PCD, expandirá o mercado consumidor e impulsionará a inovação tecnológica por meio da produção doméstica desses produtos.

3. Não obstante, é importante ressaltar que grande parte do universo de PCD não auferem renda suficiente para contrair um financiamento para essa finalidade. De acordo com o Censo 2000, 63% das 24,6 milhões de pessoas pesquisadas recebem até 1(um) salário mínimo. Ademais, 13,5% têm menos de 19 anos de idade e outra grande parte é dependente dos seus familiares devido à gravidade de sua deficiência.

4. Nesse sentido, se o tomador de crédito for uma PCD, haverá um descasamento entre sua capacidade de pagamento, o prazo de financiamento e a depreciação dos equipamentos adquiridos. Faz-se necessário, portanto, que o foco dessa linha de crédito seja na aquisição dos produtos de tecnologia assistiva. Para tanto, propõe-se incluir parágrafo único no art. 1º da Lei nº 10.735, de 11 de setembro de 2003, para permitir que pessoas que recebem até dez salários mínimos mensais possam ser tomadoras de crédito da parcela dos recursos oriundos dos depósitos à vista captados pelos bancos comerciais, bancos múltiplos com carteira comercial e a Caixa Econômica Federal, desde que seja para a aquisição de produtos de tecnologia assistiva destinados às PCD.

5. Ademais, a União concederá subvenção econômica, sob a forma de equalização de taxas de juros e outros encargos financeiros em operações de crédito efetuadas por instituições financeiras públicas federais que praticarem taxas de juros de 8% a.a (oito por cento ao ano) ao tomador final, para a aquisição de bens e serviços de tecnologia assistiva destinados às pessoas com deficiência. Ressalta-se que a metodologia e os limites da equalização anual por instituição financeira interessada em operar com o programa serão definidos anualmente por portaria do Ministério da Fazenda, mas ficarão limitados a R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais) anuais.

6. Quanto ao cumprimento dos arts. 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), entendemos que, para o presente exercício, não haverá despesa de equalização, tendo em vista a sistemática de pagamento estabelecida para essa linha de crédito. Com relação aos dois exercícios subsequentes, estão previstas despesas estimadas em R\$ 16,9 milhões para 2012 e em R\$ 17 milhões para 2013, valores que serão consignados nos respectivos Projetos de Lei Orçamentária Anuais, de forma a não afetar as metas de resultados fiscais, previstas no anexo próprio da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

7. Para efeito do atendimento do §2º do art. 17 da LRF, o custo da subvenção econômica supracitada será compensado mediante remanejamento de recursos, no próximo exercício, da ação orçamentária para pagamento da subvenção autorizada pela Medida Provisória nº 543, de 24 de agosto de 2011.

8. Registre-se, ainda, que a proposta atende ao art. 26 da Lei de Responsabilidade Fiscal e ao art. 49 da Lei nº 12.309 (Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2011), de 9 de agosto de 2010, ao autorizar a concessão de subvenção econômica por meio de ato específico, ou seja, mediante edição de Medida Provisória.

9. A urgência e relevância da medida ora proposta se justificam pela necessidade premente de reduzir os impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial das pessoas com deficiência, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir a participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas.

Essas são, Excelentíssima Senhora Presidenta, as razões que nos levam a submeter à consideração de Vossa Excelência a presente proposta de Medida Provisória.

Respeitosamente,

Assinado por: Guido Mantega, Gleisi Helena Hoffmann, Aloizio Mercadante Oliva, Maria do Rosário Nunes

Of. n. 312/12/SGM-P

Brasília, 16 de março de 2012.

A Sua Excelência o Senhor
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do SENADO FEDERAL

Assunto: Envio de PLv para apreciação

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à consideração do Senado Federal, o incluso Projeto de Lei de Conversão nº 06, de 2012 (Medida Provisória nº 550, de 2011), do Poder Executivo, aprovado na Sessão Plenária do dia 14.03.12, que " Altera a Lei nº 10.735, de 11 de setembro de 2003, que dispõe sobre o direcionamento de depósitos à vista captados pelas instituições financeiras para operações de crédito destinadas à população de baixa renda e a microempreendedores, e dá outras providências.", conforme o disposto no art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001.

Remeto, em anexo, o processado da referida Medida Provisória e os autógrafos da matéria aprovada nesta Casa.

Atenciosamente,



Deputado MARCO MAIA
Presidente

Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle

Nota Técnica s/nº, de 28 de novembro de 2011

Assunto: Subsídios para o exame da adequação orçamentária e financeira da Medida Provisória (MPV) nº 550, de 17 de novembro de 2011, que altera a Lei nº 10.735, de 11 de setembro de 2003, que dispõe sobre o direcionamento de depósitos à vista captados pelas instituições financeiras para operações de crédito destinadas à população de baixa renda e a microempreendedores, e dá outras providências.

Interessado: Comissão Mista de Medida Provisória

1 INTRODUÇÃO

O Poder Executivo editou, em 17 de novembro de 2011, a Medida Provisória (MPV) nº 550, que autoriza a destinação de parte dos recursos oriundos de depósitos a vista em instituições financeiras a operações de financiamento para a aquisição, por pessoa física, de bens e serviços de tecnologia assistiva voltadas ao atendimento de necessidades de portadores de deficiência.

A MPV também autoriza a União a conceder subvenção econômica para equalização de taxas de juros e outros encargos financeiros, nos âmbito dos referidos financiamentos.

Esta Nota Técnica atende à determinação constante do art. 19 da Resolução nº 1, de 2002-CN, que estabelece:

Art. 19. O órgão de consultoria e assessoramento orçamentário da Casa a que pertencer o Relator de Medida Provisória encaminhará aos Relatores e à Comissão, no prazo de 5 (cinco) dias de sua publicação, nota técnica com subsídios acerca da adequação financeira e orçamentária de Medida Provisória.

2 SÍNTESE DA MEDIDA PROVISÓRIA

A MPV 550/11 tem como objetivo viabilizar a criação de linha de crédito a juros subsidiados para financiar a aquisição, por pessoa física de baixa renda, de bens e serviços de tecnologia assistiva.

O art. 1º da MPV altera o art. 1º da Lei 10.735/03, acrescentando-lhe parágrafo único. A lei alterada trata, entre outros assuntos, do direcionamento de parcela dos depósitos à vista captados por instituições financeiras a operações de crédito destinadas à população de baixa renda e a microempreendedores. Na nova redação, as instituições financeiras ficam autorizadas a usar os recursos para financiar aquisições de bens e serviços de tecnologia assistiva a tomadores cuja renda mensal não ultrapasse dez salários mínimos, segundo normas expedidas pelo Poder Executivo.

O art. 2º autoriza a União a conceder subvenção econômica a instituições financeiras federais, sob a forma de equalização de taxas de juros e outros encargos financeiros nas operações de que trata a MPV.

O montante da subvenção fica limitado a R\$ 25 milhões por ano, e os desembolsos são condicionados à apresentação, por parte da instituição financeira, de declaração de responsabilidade pela veracidade das informações.

A subvenção cobrirá a diferença entre, por um lado, o encargo do mutuário final e, por outro, o custo da fonte de recursos acrescida da remuneração da instituição financeira, e será paga de acordo com condições estabelecidas pelo Ministério da Fazenda, que também fixará os limites anuais por instituição financeira e definirá as taxas e encargos que poderão ser cobrados dos mutuários.

Ao Conselho Monetário Nacional caberá estabelecer as condições para a contratação das operações de crédito, e ato conjunto dos ministros da Fazenda e da Ciência, Tecnologia e Inovação e do ministro Chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República estipulará o limite de renda mensal para os beneficiários dos financiamentos subvencionados e a lista de bens e serviços passíveis de financiamento.

O art. 3º determina a vigência imediata da MPV.

Note-se que, embora a subvenção destine-se exclusivamente às operações contratadas por meio de instituições financeiras federais, nada impede que outras instituições financeiras também ofereçam linha de crédito semelhante.

3 ANÁLISE DA MEDIDA PROVISÓRIA

A Exposição de Motivos Interministerial (EMI) nº 183/MF/CC/MCTI/SDH, de 10 de novembro de 2011, traz as razões que motivaram a edição da MPV 550/11 e as considerações do Poder Executivo acerca da relevância e urgência do assunto, bem como algumas observações sobre a juridicidade da matéria e sua conformidade com a LRF e a LDO/2011.

3.1 Análise de Constitucionalidade

A edição de medida provisória se sujeita ao disposto no art. 62 da Constituição Federal, que estabelece, como pré-requisitos vitais, o atendimento dos critérios de relevância e urgência.

Pode-se argumentar que a MPV trata de assunto relevante, pois o bem-estar dos portadores de deficiência é um valor social de indiscutível mérito.

Por outro lado, não parece tão fácil caracterizar a urgência da medida. Primeiro, porque não é evidente a absoluta premência das operações de crédito pretendidas. A tramitação de projeto de lei em regime ordinário ou, se necessário, de urgência, poderia ser benéfico para o portador de deficiência, caso discussões mais profundas no âmbito do Congresso Nacional apontassem formas de aperfeiçoar as regras que ora compõem a MPV 550/11.

O direcionamento de recursos de depósitos à vista está de acordo com o disposto no inciso VII do art. 22 da Constituição Federal, que confere à União competência privativa para legislar sobre política de crédito.

O tema também não está inserido entre as hipóteses vedadas no § 1º do art. 62 da Constituição.

3.2 Análise da adequação orçamentária e financeira

Além de não colidir com normas constitucionais, MPV deve observar o disposto na Lei Complementar nº 101, de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF) e na Lei 12.309/10 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2011 – LDO/2011).

Quanto à LRF, as exigências estão contidas nos artigos 16 e 17 e no Capítulo VI. O art. 16 exige que a iniciativa que criar aumento de despesa seja acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que entrar em vigor e nos dois seguintes. A EMI apresenta as seguintes estimativas: para 2011, nenhum desembolso; para 2012, R\$ 16,9 milhões; para 2013, R\$ 17 milhões. No entanto, a MPV não foi acompanhada da descrição das premissas e da metodologia de cálculo utilizadas, em desacordo com o disposto no § 2º do art. 16 da LRF e no *caput* do art. 91 da LDO/2011.

No que respeita ao art. 17, a EMI informa que, a partir de 2012, a subvenção será paga por meio de remanejamento de recursos atualmente alocados para cobrir despesas com subvenção econômica concedida a instituições financeiras em operações de microcrédito produtivo orientado, nos termos da MPV 543/11.

O Capítulo VI da LRF, composto pelos arts. 26 a 28, trata da destinação de recursos públicos para o setor privado. O art. 26 exige que essa destinação seja autorizada por lei específica e que obedeça à LDO vigente, além de estar prevista no

orçamento. O § 2º esclarece que essa norma se aplica igualmente a leis de concessão de subvenções.

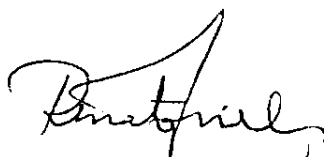
A MPV 550/11 trata exclusivamente desse tema, o que atende, em parte, o *caput* do art. 26 da LRF. Quanto à previsão dos recursos no orçamento, a EMI esclarece que não há previsão de desembolso em 2011 e que, em 2012, haverá o citado remanejamento.

Entendo que não se aplicam à matéria os arts. 27 e 28 do mesmo capítulo, porque o art. 27 trata de concessão de crédito por parte de ente da Federação, e o art. 28 de ações de socorro ao Sistema Financeiro. No caso, quem está concedendo financiamento é o sistema bancário, e não a União. Pela mesma razão, não se aplicam os arts. 47 a 49 da LDO/2011, que disciplinam os empréstimos, financiamentos e refinanciamentos com recursos dos orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.

Especificamente em relação à LDO/2011, o art. 33 – único da subseção que trata das subvenções econômicas – foi vetado.

Pode-se considerar cumprido o art. 90 da LDO/2011, que determina que os encargos dos financiamentos concedidos pelas agências oficiais de fomento – entre as quais se inclui, por exemplo, a Caixa Econômica Federal – não podem ser inferiores ao respectivo custo de captação e administração. O § 4º do art. 2º da MPV limita a equalização à diferença entre o custo de captação, somado à remuneração da instituição financeira, e os encargos do tomador final.

São essas as considerações que ofereço à apreciação da MPV 550/11. Permaneço à disposição para quaisquer esclarecimentos.



Renato Friedmann
Consultor Legislativo

**PARECER DA RELATORA, PELA COMISSÃO MISTA, À MEDIDA
PROVISÓRIA Nº 550, DE 2011, E ÀS EMENDAS A ELA APRESENTADAS.
(PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO)**

A SRA. MARA GABRILLI (PSDB-SP. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) - “A Presidenta da República adotou a Medida Provisória nº 550, de 17 de novembro de 2011, para *'alterar a Lei nº 10.735, de 11 de setembro de 2003, que dispõe sobre o direcionamento de depósitos à vista captados pelas instituições financeiras para operações de crédito destinadas à população de baixa renda e a microempreendedores'*, além de determinar outras providências que estarão na esfera da competência e atribuição dos Ministérios da Fazenda; Ciência, Tecnologia e Inovação; e da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, bem como do Conselho Monetário Nacional.

O objetivo do disciplinamento contido na MP é o de prover uma linha de crédito para aquisição de produtos de tecnologia assistiva destinados às pessoas com deficiência.

A linha de crédito subsidiada, ora proposta, facilitará a equiparação de oportunidades das pessoas com deficiência — das quais, 24,6 milhões de pessoas pesquisadas recebem até um salário mínimo —, permitindo que pessoas que recebem até dez salários mínimos mensais possam ser tomadoras de crédito da parcela dos recursos oriundos dos depósitos à vista captados pelos bancos comerciais, bancos múltiplos com carteira comercial e a Caixa Econômica Federal, exclusivamente para a aquisição de produtos de tecnologia assistiva.

Para tanto, a MP determina que a União concederá subvenção econômica, sob a forma de equalização de taxas de juros e outros encargos financeiros em operações de crédito efetuadas por instituições financeiras públicas federais, com a finalidade exclusiva de aquisição de bens e serviços de tecnologia assistiva destinados às pessoas com deficiência.

Por último, a MP estabelece que a metodologia e os limites da equalização anual por instituição financeira interessada em operar com o programa em questão serão definidos anualmente mediante portaria do Ministério da Fazenda, ficando limitados a R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais) anuais”.

(...)

Passo à leitura do voto.

“É com muita honra que busquei e recebi a incumbência de relatar a presente Medida Provisória, sobre a qual apresento agora o meu voto. Trago à consideração dos nobres Deputados e Deputadas que para uma mulher tetraplégica como eu estar aqui, na tribuna da Câmara dos Deputados, relatando uma matéria tão cara às pessoas com deficiência, foi preciso percorrer um longo caminho.

Em muito estamos colhendo o fruto do empenho, da coragem e do carinho de milhões de pessoas que, direta ou indiretamente, lutam pelos direitos das pessoas com deficiência. É importante recuperar parte dessa história, para que fique registrado em nosso relatório o contexto em que se recebe a presente Medida Provisória.

São muitas as causas que explicam a exclusão a que historicamente foram submetidas as pessoas com deficiência nos mais diversos países do

mundo: a segregação que lhes era imposta; a invisibilidade a que estavam submetidas; o assistencialismo como modelo único de abordagem governamental para sua tutela; o preconceito que o desconhecimento de suas potencialidades invariavelmente ocasiona. Tudo isso contribuiu para a exclusão dessas pessoas, que por muito tempo não gozaram do convívio social, não importando em que parte do mundo estivessem.

A despeito de muitas dessas questões sociais persistirem ainda hoje, a partir da segunda metade do século XX o engajamento político de diversas minorias e o alcance de seus pleitos junto a órgãos governamentais e internacionais culminou com o avanço significativo no tratamento social, inclusive da pessoa com deficiência. Ao fim da Segunda Guerra Mundial observou-se um evidente aumento no número dessas pessoas adquiridas tardiamente, tornando a questão da deficiência, ainda que por linhas tortas, mais visível às famílias e à sociedade como um todo.

Nos mais diversos países eclodiram movimentos políticos em defesa do direito das pessoas com deficiência, notadamente nos anos 70, contribuindo-se decisivamente para as mudanças de paradigmas relativos à deficiência, tanto nas respostas governamentais quanto nas relações interpessoais. Na verdade, o que se pretendia era mudar radicalmente o lugar da pessoa com deficiência na sociedade para que passasse a ser protagonista de sua própria história.

Na década de 80, a questão da deficiência ganha evidência junto aos organismos internacionais. A eleição do ano de 1981, pela ONU, como o Ano Internacional da Pessoa Deficiente, tendo como tema "Participação Plena e Igualdade", constituiu-se em um marco representativo desse movimento.

No Brasil também se expandia a consciência de que as dificuldades das pessoas com deficiência advinham, primordialmente, da maneira como a sociedade as tratava. Na tendência dos movimentos internacionais que enfatizavam a busca pela igualdade de direitos e de oportunidades, as pessoas com deficiência conquistaram espaço importante no texto da Constituição Federal de 1988, com tratamento próprio e reconhecimento dos direitos de cidadania, inclusive com previsão de adoção de medidas que garantam sua efetividade e inclusão social".

.....

Na década de 80, a questão da deficiência ganha evidência junto a organismos internacionais.

"A década de 90 foi profícua no desenvolvimento de legislações mundo afora, que se por um lado alcançavam positivamente a tutela das pessoas com deficiência, por outro careciam de efetividade prática. De outro lado, muitos países adotavam definições, conceitos e práticas ultrapassadas que, embora estivessem impregnadas de boas intenções, não logravam a efetiva emancipação das pessoas com deficiência.

Neste ponto se identificou a necessidade de engajar a comunidade internacional em um movimento de reafirmação do ideal de inclusão das pessoas com deficiência, estabelecendo critérios, conceitos e obrigações definitivas que de fato contribuíssem para a emancipação dessas pessoas.

É nesse movimento que, em 2006, aprovou-se a Convenção Internacional da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Este tratado de direitos humanos pretendeu garantir os direitos dessas pessoas, instando os países membros a adotarem todas as medidas necessárias para

remover as barreiras que impedem sua inclusão social em igualdade de condições com as demais pessoas.

Este Congresso Nacional brasileiro ratificou a Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, bem como o seu Protocolo Facultativo, por meio da Resolução nº 186, de 9 de julho de 2008. Um ponto importantíssimo: essa convenção foi internalizada em nosso ordenamento jurídico com *status* de Emenda Constitucional, nos termos do parágrafo 3º do artigo 5º da Constituição Federal de 1988. Essa conquista histórica do movimento das pessoas com deficiência deu nova força à luta pela inclusão dessas pessoas.

Conceitos de enorme relevância, como acessibilidade, desenho universal, tecnologia assistiva e ajudas técnicas ganharam novo tratamento a partir da Convenção Internacional. As Leis 10.048 e 10.098, ambas de 2000, regulamentadas pelo Decreto Federal nº 5.296, de 2004, ganham novo escopo, já que tais normas buscavam a inclusão através de práticas e conceitos que foram profundamente alcançados pela Convenção.

Ainda assim vivemos um momento em que os caminhos definidos pela comunidade internacional — e adotados pelo Estado brasileiro através da ratificação da Convenção — ainda não foram trilhados. Ainda faltam as políticas públicas, os recursos aplicáveis e a quebra de paradigma que beneficiará não apenas a população com deficiência, mas toda a sociedade.

É preciso, enfim, aproveitarmos o momento em que estamos, no qual o esclarecimento sobre a realidade dessas pessoas, suas potencialidades e suas necessidades é tão maior e no qual a legislação constitucional está posta, para darmos um salto de inclusão e cidadania.

É nesse contexto que surge a presente Medida Provisória nº 550, de 2011. Ela é uma das ações previstas no Programa Viver Sem Limites, lançado pela Presidenta Dilma no final do ano passado como um conjunto de ações do Governo Federal destinadas às pessoas com deficiência. De acordo com o Governo Federal, serão 7,6 bilhões de reais aplicados até 2014.

O Viver Sem Limites é lançado justamente quando contamos com um Parlamento mais plural, composto inclusive por Deputados e Deputadas com deficiência — e também por outros que, sem deficiência alguma, se engajam de coração à causa. Nunca antes tivemos um número tão grande de Parlamentares com algum tipo de deficiência. Particularmente me causa orgulho o fato de eu mesma ser a primeira tetraplégica eleita para um mandato na Câmara dos Deputados. Não parece ser uma feliz coincidência: o Brasil está pronto para a inclusão das pessoas com deficiência e, mais que isso, demanda a atenção do poder público.

Em seu art. 20, a Convenção Internacional determina que os Estados-partes deverão tomar medidas efetivas para facilitar “às pessoas com deficiência o acesso a tecnologias assistivas, dispositivos e ajudas técnicas de qualidade (...), inclusive tornando-os disponíveis a custo acessível”.

O acesso à tecnologia assistiva é fator indispensável para a inclusão das pessoas com deficiência.

“Vejam como é importante. Para se locomover até o plenário, esta Relatora foi transportada em uma cadeira de rodas. Trata-se de uma tecnologia assistiva. Em seguida, registrei minha presença em plenário, com auxílio de um terminal composto por um computador e uma *webcam*. O computador possui um *software* que, por meio da *webcam*, faz a leitura do movimento dos meus

olhos e da minha expressão facial. Novamente, uma tecnologia assistiva. Para apresentar este relatório na tribuna da Câmara dos Deputados, fiz uso de uma plataforma elevatória, incorporada em nosso plenário como mecanismo para garantir a acessibilidade de qualquer pessoa com impedimento grave de mobilidade. Mais uma vez, uma tecnologia assistiva".

Talvez, se houvesse uma outra tecnologia assistiva, meu assessor Luís não precisaria estar segurando o papel para eu poder ler.

"Não é preciso esforço para compreender a relevância da tecnologia assistiva para a emancipação da pessoa com deficiência".

.....

A SRA. MARA GABRILLI - "Não é preciso esforço para compreender a relevância da tecnologia assistiva para a emancipação da pessoa com deficiência. Se eu sou Deputada e desempenho minhas atribuições parlamentares com afinco, é porque tenho acesso às tecnologias que anulam meu impedimento motor. O mesmo benefício poderá ser gozado por milhões de brasileiros que precisam de uma cadeira de rodas motorizada, um computador adaptado com leitor de tela, um automóvel adaptado e muito mais".

(...)

"Embora já exista previsão legal para o fornecimento de tecnologia assistiva para garantir a acessibilidade da pessoa com deficiência, entendemos que são necessárias medidas adicionais para que as pessoas com deficiência, em especial aquelas consideradas de baixa renda, possam ter acesso a bens, serviços, metodologias e estratégias que ampliam sua autonomia e independência, possibilitando o efetivo exercício de direitos de cidadania.

Nesse sentido, a presente Medida Provisória certamente contribuirá para a ampliação da participação social da pessoa com deficiência”.

(...)

“Da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

A edição da medida provisória se sujeita ao disposto no art. 62 da Constituição Federal, que estabelece como pré-requisitos vitais o atendimento dos critérios de relevância e urgência.

A Medida Provisória trata de assunto de clara relevância, pois a inclusão das pessoas com deficiência é um valor social de mérito constitucional.

Verifica-se, também, a urgência da medida. O pleito por acesso a crédito subsidiado para a aquisição de tecnologia assistiva é bastante antigo, e a maior parte da população com deficiência não possui recursos para acessar crédito bancário não subsidiado”.

(...)

“A Medida Provisória nº 550/2011 não fere a Constituição Federal, tampouco se caracteriza como injurídica, enquadrando-se sem problemas no ordenamento jurídico pátrio.

Em relação à técnica legislativa, os dispositivos da Medida Provisória estão em conformidade com os preceitos da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Tal entendimento acima exposto também se aplica às Emendas de nºs 1 a 21, apresentadas, a serem apreciadas pelo Plenário, pois nelas não constatamos quaisquer vícios de inconstitucionalidade, injuridicidade ou técnica legislativa.

Da compatibilidade e adequação financeira e orçamentária.

A Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional, em seu art. 5º, § 1º, dispõe que o exame de compatibilidade orçamentária e financeira das medidas provisórias *'abrange a análise da repercussão sobre a receita ou a despesa pública da União e da implicação quanto ao atendimento às normas orçamentárias e financeiras vigentes, em especial a conformidade com a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (LRF), a lei do plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e a lei orçamentária da União'*.

(...)

"O confronto das disposições da matéria em análise com as normas orçamentárias e financeiras vigentes (...) não revela impedimento passível de prejudicar a conformidade orçamentária e financeira da Medida Provisória.

Do mérito das emendas apresentadas.

Em que pese terem sido inicialmente apresentadas 21 emendas à Medida Provisória nº 550/11, na verdade somente deveremos nos manifestar sobre o mérito de treze delas, porque deixaremos de nos pronunciar em relação às Emendas retiradas de nºs 2, 3, 4, 5, 6, 12, 14 e 20.

Em relação à Emenda nº 1, de autoria do Deputado Romário, que prevê a possibilidade de utilização dos recursos subvencionados para aquisição, construção ou reforma de habitação própria destinada à pessoa com deficiência, é preciso apontar o trabalho consistente e multiplicador que o Deputado Romário vem desempenhando em nosso Parlamento.

Em diversas ocasiões, pudemos observar o Deputado Romário lutando pelas pessoas com deficiência. Seja no aprimoramento de leis e medidas provisórias aprovadas nesta Casa — cito as alterações feitas ao regime do Benefício de Prestação Continuada (BPC), em que sua atuação junto ao

Governo, ao Relator da matéria e ao Plenário foi fundamental —, seja na organização de eventos de conscientização ou no trabalho na Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência”, cuja Presidente aqui se encontra, a Deputada Rosinha da Adefal, “Romário vem mostrando a que veio. É um aguerrido entusiasta de nossa causa. Como pai, essa é também a sua causa.

Há um ponto específico em que a emenda do Deputado Romário acena para uma importante realidade. O texto da Medida Provisória já permite a destinação de linha de crédito subvencionada para reforma da habitação da pessoa com deficiência, mas será preciso que ato do Poder Executivo de regulamentação da linha abarque esse importante elemento de inclusão.

Pensemos em pessoas com deficiência adquirida, como um jovem que, ao sofrer um acidente, torna-se paraplégico. Em casos como esse, é muito frequente que a família identifique, da noite para o dia, que sua residência não é acessível. A reforma do ambiente é, sim, um ‘serviço em tecnologia assistiva’ e poderá ser contemplada pela linha”.

Como a adaptação de espaços para a garantia da mobilidade pessoal já constitui uma categoria de recursos de tecnologia assistiva, não se vislumbra a necessidade de incluir, no texto da lei, previsão explícita para que esse tipo de recurso seja assim considerado.

De fato, é necessário trabalhar, junto ao Governo Federal, para inclusão das adaptações feitas em residências na regulamentação desta lei, que seja no Rol de Produtos e Serviços a que se refere esse diploma legal. Comprometo-me com o autor da emenda a buscar junto ao Poder Executivo o reconhecimento dessa demanda, e o parabenizo pela iniciativa”.

(...)

“A Emenda nº 7, de autoria da Deputada Carmen Zanotto, pretende equiparar a pessoa com transtorno do espectro autista à pessoa com deficiência física, para os fins desta Medida Provisória. A autora da emenda claramente busca reconhecer a luta desse segmento — notadamente das famílias que possuem membros autistas —, que é sistematicamente excluído das políticas públicas de atenção às pessoas com deficiência. Chamo a atenção deste Congresso Nacional para esta questão: precisamos reconhecer as necessidades e carências dessa comunidade, que em muito continua invisível à luz das políticas públicas.

O não acolhimento da emenda se explica até mesmo para respeitar seu mérito. Importa registrar que a Convenção Internacional, ao conceituar pessoas com deficiência como *'aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, físicas ou atitudinais, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas'*, não menciona nenhum tipo de deficiência explicitamente”.

(...)

“Ainda nesse sentido, a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas adotou a Resolução nº 62/139, de 18 de dezembro de 2007, que estabelece o dia 2 de abril como o Dia Mundial de Consciência sobre o Autismo.

A referida Resolução define autismo como uma deficiência de desenvolvimento de longo prazo que se manifesta durante os três primeiros anos de vida e resulta de uma desordem neurológica que afeta o

funcionamento do cérebro, afetando principalmente crianças, e que se caracteriza por impedimentos na interação social, problemas com comunicação verbal e não verbal, e atividades, interesses e comportamentos repetitivos e restritos.

Assim, o não acolhimento da Emenda nº 7 é mesmo um respeito à comunidade autista e suas famílias. Não se discute que autismo é deficiência. Portanto, estão contemplados pela MP 550, de 2011.

Mas o diagnóstico feito pela nobre Deputada Carmen Zanotto persiste, e é urgente que este Congresso Nacional se debruce sobre o tema. Pessoas com transtorno do espectro autista continuam desassistidas por nossas políticas públicas. Julgamos imprescindível o desenvolvimento de políticas específicas que visem sua plena inclusão social.

Nesse diapasão, devem ser consideradas ações de conscientização sobre o autismo: estratégias de rastreamento com vistas ao diagnóstico, atendimento multidisciplinar da pessoa com autismo, inclusive com atenção à educação, e a oferta de serviços específicos nos casos em que o autista demande atendimento especializado.

As Emendas nº 9, de autoria do nobre Senador Francisco Dornelles, e nº 10, do nobre Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, pretendem modificar o art. 2º da MP 550, com o propósito de estender a subvenção econômica às demais instituições financeiras, incluindo os bancos privados.

A despeito de acreditar que a enorme capilaridade de agências dos grandes bancos privados, distribuídas por todo o território nacional, seria um importante elemento no sentido de assegurar o acesso de um maior número possível de mutuários à linha de crédito ora criada, há uma questão

substantiva, da própria natureza comercial dessas instituições privadas, que poderia determinar a prevalência por um perfil de tomador diferente daquele originalmente pretendido.

Por essa razão, não acatamos as referidas emendas.

A linha de crédito poderá ser tomada por pessoas físicas com renda entre 1 e 10 salários mínimos. Obviamente pessoas com renda de 8, 9 ou 10 salários mínimos apresentam um perfil de tomador de crédito bastante mais atrativo para bancos comerciais, notadamente no que diz respeito à capacidade de adimplir as obrigações financeiras contratadas. Por isso, a ampliação da subvenção aos bancos comerciais poderia distorcer e, até mesmo, comprometer os objetivos originais da medida.

Ainda assim, há de se observar que os bancos comerciais podem, sim, conceder crédito, nos termos do art. 1º da Medida Provisória nº 550. Não haverá subvenção econômica, mas autorização para o uso dos recursos previstos no art. 1º da Lei nº 10.735, de 2003. O esforço a ser empreendido agora é para demonstrar às instituições financeiras privadas a relevância e o valor social de se oferecer tal linha de crédito.

As Emendas nºs 11, de autoria do nobre Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, e 13, do nobre Deputado Guilherme Campos, têm o objetivo de permitir a elevação do valor subvencionado para 40 e 50 milhões de reais, respectivamente. O aumento do valor subvencionado é uma ideia extremamente meritória, mas chamamos a atenção dos nobres Relatores para o fato de que é preciso garantir, sobretudo, a possibilidade da majoração futura do valor.

Quer dizer, mais importante do que aumentar o atual valor, fixado em 25 milhões de reais, seria permitir, com o passar do tempo, que esse valor seja revisto, observadas as exigências orçamentárias e da Lei de Responsabilidade Fiscal, de modo a se adequar às eventuais oscilações do preço de mercado, ao surgimento de novas tecnologias e à ampliação do universo de beneficiados pela medida.

Uma observação relevante é que os 25 milhões de reais subvencionados deverão ser correspondentes a um crédito efetivamente oferecido de 100 milhões de reais. Trata-se de um valor relevante, e certamente um início promissor para essa medida.

Dessa forma, a despeito das emendas não terem sido acolhidas em sua redação, acreditamos que o espírito das iniciativas está presente, na forma do Projeto de Lei de Conversão, com a previsão de que o valor da subvenção poderá ser majorado nos exercícios fiscais subsequentes (...).

A Emenda nº 18 foi acatada na forma do PLV, uma vez que o modelo de custos efetivamente menores para aqueles tomadores de renda mais baixa se coaduna com os objetivos da MP 550".

(...)

"As Emendas nº 8, 15 e 16, de autoria dos nobres Deputados Guilherme Campos, Romário e Antônio Carlos Magalhães Neto, estabelecem o teto de taxas de juros máximas a serem cobradas do mutuário entre 4% (Emenda nº 15) e 8% (Emendas nºs 8 e 16) ao ano.

A intenção dos autores das emendas é meritória, porque pretende garantir que os juros observem um teto adequado à finalidade da linha de crédito (...). Ainda assim, por razões de ordem técnica, a fixação da taxa de

juros no texto da lei é opção que se desaconselha em função da imprevisibilidade dos fatores macroeconômicos que influenciam a definição das taxas de juros. Situações de crises econômicas, como as vividas hoje na Europa, demonstram que é preciso ser prudente na definição de parâmetros econômicos que oscilam no longo prazo”.

(...)

“Ficamos, dessa forma, com o entendimento de que a limitação de taxas de juros deve ficar ao encargo do Conselho Monetário Nacional e do próprio Ministério da Fazenda, não acolhendo as Emendas 8, 15 e 16.

A Emenda nº 17, de autoria do Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, mostra-se bastante oportuna, pois visa tornar mais democrático o processo de escolha dos bens e serviços de tecnologia assistiva que serão contemplados para a aquisição através da linha de crédito. O autor pretende que haja participação de instituições da sociedade civil que atuam na defesa dos interesses da pessoa com deficiência no processo.

Importa destacar que a Convenção Internacional prevê a garantia da participação das pessoas com deficiência na vida política e pública, assegurando-se um ambiente em que possam participar efetivamente na condução das questões públicas, seja diretamente, seja por meio de seus representantes, inclusive naquelas que lhe dizem respeito diretamente. Um dos mais arraigados mantras do segmento é o *slogan* ‘*nada sobre nós, sem nós*’.

Dessa forma, acolhemos parcialmente a emenda do autor, garantindo-se que o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência — CONADE será consultado e ouvido pelos Ministérios para a definição dos produtos e serviços contemplados pela linha de crédito.

O CONADE foi constituído com a finalidade de defender os interesses da pessoa com deficiência e representá-los no processo de definição, planejamento e avaliação das políticas públicas destinadas a esse segmento.

A Emenda nº 19, de autoria do nobre Deputado Guilherme Campos, pretende estabelecer facilitação na obtenção de financiamento pelas micro e pequenas empresas que tenham como objeto a fabricação de artigos de tecnologia assistiva destinados às pessoas com deficiência.

Tal emenda não foi acatada por fugir ao escopo da presente Medida Provisória. Ainda assim, entendemos como fundamental se rever o modelo de estímulo à indústria nascente em tecnologia assistiva e o fomento às instituições tecnológicas ligadas às universidades e aos centros de pesquisa”.

(...)

“A Emenda nº 21, que pretende estabelecer a obrigatoriedade do Ministério da Fazenda, em seu portal na *Internet*, publicar informações detalhadas sobre a concessão de subvenção será acatada parcialmente, pois pretende garantir a transparência no uso dos recursos subvencionados.

A fim de aprimorá-la, incluímos a previsão de divulgação anual da subvenção econômica concedida, por instituição financeira, no formato e na periodicidade indicados em ato do Ministro da Fazenda, indicando o valor total das operações, e a quantidade de operações por instituição financeira e por Unidade da Federação (...).

Por fim, é preciso destacar que a elaboração deste relatório deve-se muito à contribuição dos ilustres Deputados Eduardo Barbosa e Otávio Leite, Parlamentares que fazem de seu mandato um instrumento de luta pela valorização e inclusão social das pessoas com deficiência.

Muitas das alterações acatadas pela Relatora estavam previstas em emendas apresentadas pelos Deputados Otávio Leite e Eduardo Barbosa que, em um ato de absoluto desprendimento e cordialidade, assinaram comigo o requerimento de retirada das emendas que elaboramos conjuntamente. Ao fazerem isso, suas contribuições deixam de constar neste relatório da maneira apropriada, mas é imperioso registrar que esses Deputados, juntamente com diversos outros, são parceiros de primeira ordem em nossa luta pelos direitos das pessoas com deficiência”.

Da mesma forma, agradeço à Deputada Rosinha da Adefal, ao Deputado Walter Tosta, ao Deputado Mandeta, aos colegas de militância que engrandecem o Parlamento, bem como a todos os demais Parlamentares que integram a Frente Parlamentar do Congresso Nacional em Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, com os quais compartilho este momento.

Agradeço também aos Deputados Duarte Nogueira e Bruno Araújo e ao Deputado Cândido Vaccarezza o engajamento e esforço para que eu fosse designada Relatora.

“Em razão de todo o exposto, opinamos pela adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória nº 550, de 18 de novembro de 2011, bem como das treze emendas apresentadas.

Quanto ao mérito, votamos pela aprovação da Medida Provisória nº 550, de 18 de novembro de 2011, com o acolhimento integral da Emenda nº 18, acolhimento parcial das Emendas nºs 11, 13, 17 e 21, e rejeição das Emendas nºs 1, 7, 8, 9, 10, 15, 16 e 19, na forma do Projeto de Lei de Conversão anexo”.
(Palmas.)

O SR. MIRO TEIXEIRA - Sr. Presidente, vou pedir que a Relatora aceite uma sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Sim, Deputado.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Quero cumprimentá-la pelo belo trabalho. A Deputada Mara, mais uma vez, mostra sua militância e sua luta. Quero cumprimentá-la por, como sempre, realizar um belo trabalho.

Quero deixar uma sugestão para a redação do § 1º do art. 2º. No art. 2º está dito que a União fica autorizada a conceder subvenção econômica a instituições financeiras oficiais federais. O § 1º diz que a subvenção de que trata o *caput* fica limitada a 25 milhões de reais por ano. Pela redação, como está, a União fica limitada a conceder até 25 milhões. Acho que V.Exa. poderia aceitar como sugestão — até porque vi no seu parecer que há uma tendência a tentar entender assim — acrescentar ao final que os 25 milhões são para cada instituição. Então, a União fica autorizada a subvencionar o Banco do Brasil em 25 milhões, a Caixa Econômica Federal, em 25 milhões.

Parece-me que para o conjunto das instituições 25 milhões pode ser um começo, mas pode não alcançar, especialmente nos momentos iniciais de aplicação da lei, a demanda do mercado.

Acho que se V.Exa. aceitar a ideia, poderíamos fazer apenas um acréscimo pequeno para a discussão com os Líderes partidários.

.....

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a Emenda 18, que foi acatada

integralmente pela nobre Relatora, ela diz o seguinte — nós, na verdade, estamos propondo a seguinte redação para o § 8º do art. 2º:

“Na definição da taxa e encargos a que se refere o inciso I do § 6º deste artigo, deverá ser considerada pelo Ministério da Fazenda a renda do tomador do financiamento, com previsão de custos efetivos menores para aqueles de renda mais baixa.”

O propósito da emenda é que o pobre possa tomar o recurso a uma taxa menor. Ela faz justiça social e, evidentemente, promove um equilíbrio econômico de acordo com a capacidade financeira daquele que está tomando o recurso.

Ora, Sr. Presidente, vale lembrar que aproximadamente dois terços dos portadores de deficiência no Brasil ganham até 2 salários mínimos ou pertencem a famílias que ganham até 2 salários mínimos. Na maioria, são pessoas pobres e que têm dificuldade de acesso a recursos. Por isso, nada mais justo do que nós estabelecemos na lei a previsão de uma taxa menor para essas pessoas mais pobres.

O que eu gostaria de propor, Líder Arlindo Chinaglia? Que acrescentássemos, nessa redação do § 8º — é claro que a Relatora também tem de aceitar — uma vírgula no final, dizendo o seguinte: *“Com previsão de custos efetivos menores para aqueles de renda mais baixa, conforme resolução”*.

Eu acho até que é redundante, porque, na prática, o Ministério da Fazenda é quem iria estabelecer. Mas, se der conforto ao Governo a previsão de que essa definição da taxa se dará conforme resolução do próprio Ministério, da minha parte não há problema.

Em contrapartida, eu retiro o destaque da emenda, Sr. Presidente, que prevê uma taxa de 8% para o financiamento.

A Relatora argumentou a possibilidade de mudanças macroeconômicas no País. É algo que nós consideramos como razoável e equilibrado. Seria objeto de um destaque para votação nominal, mas, se o Governo concordar com a redação desta emenda, em homenagem ao grande trabalho realizado pela Relatora, em homenagem aos milhares de portadores de deficiência do Brasil, às entidades que representam esses portadores, às famílias dessas pessoas, muitas das quais eu tenho o prazer e o orgulho de conhecer e defender, eu quero aqui dizer que faremos um acordo para votar rapidamente a matéria e votar à unanimidade.

.....

O SR. OTAVIO LEITE (PSDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, na esteira do raciocínio do Deputado Miro Teixeira, que apresentou uma ponderação muito válida, eu queria sugerir à Relatora e solicitar uma atenção especial do Governo, da Liderança do Governo, sobre o §1º e o §2º do art. 2º.

No §1º, está se fixando no valor de 25 milhões de reais por ano a tal subvenção que essa regra jurídica vai criar. O § 2º estabelece que esse valor fixado poderá ser majorado nos exercícios fiscais subsequentes. Então, há uma contradição entre o § 1º e o § 2º, com o primeiro estabelecendo um valor absoluto, específico e fixo, já projetado para os anos vindouros.

A sugestão que faço é de que pudesse a Relatora incluir no texto, no seu § 1º, o seguinte: "A subvenção de que trata o caput fica limitada, no mínimo, a 25 milhões". Isso vai permitir uma coerência com o objetivo do § 2º, que é apontar para o Executivo Federal a possibilidade de oferecer mais dotações vindouras, para que esse programa possa avançar e mais deficientes possam usufruir de tecnologia assistida.

Era esta a ponderação: incluir a expressão "no mínimo" antes do valor de 25 milhões. *"A subvenção de que trata o caput fica limitada, no mínimo..."* Limita-se por baixo, não se limita por cima. Por cima, os anos vindouros vão dizer, se o programa for adiante, se podem ser colocados mais recursos, por aí vai. Abre-se uma janela para que prospere a ideia e não se limite doravante, *ad infinitum*, a 25 milhões, o que necessitaria de uma nova lei alterando essa que nós estamos por votar.

Então, colocaríamos a expressão "no mínimo" e deixaríamos o § 2º tranquilo para prosperar no futuro.

Obrigado.

.....

A SRA. MARA GABRILLI - Sr. Presidente, quando se trata do segmento da pessoa com deficiência, com certeza eu sempre vou me esmerar para favorecer esse segmento de alguma forma.

Portanto, aquelas sugestões que engrandecerem a Medida Provisória, é claro que eu as acato com toda força. Agora, eu sei que há limites e situações que podem inviabilizar determinados artigos da Medida Provisória. Então, ficarei aqui de guardiã da Medida Provisória diante das sugestões que virão.

Eu acho que temos que discutir.

.....

A SRA. MARA GABRILLI - Sr. Presidente, houve uma proposta, da bancada do PSDB, que foi acolhida. O art. 2º, § 1º, sofre uma modificação e fica da seguinte forma: *"A subvenção de que trata o caput fica limitada a 25 milhões de reais por ano, observado o § 2º deste artigo"*.

O "observado o § 2º deste artigo" foi acrescentado.

PARECER ESCRITO ENCAMINHADO À MESA

Paran preferido em Plenário em 14/03/2012, às 17h.50 min.

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 550, DE 2011

(MENSAGEM Nº 136, de 18/11/2011 – CN e Nº 515, de 17/11/2011 – PR)

Altera a Lei nº 10.735, de 11 de setembro de 2003, que dispõe sobre o direcionamento de depósitos à vista captados pelas instituições financeiras para operações de crédito destinadas à população de baixa renda e a microempreendedores, e dá outras providências.

Autor: PODER EXECUTIVO

Relatora: Deputada Mara Gabrilli

I - RELATÓRIO

A Presidenta da República adotou a Medida Provisória nº 550, de 17 de novembro de 2011, para "Alterar a Lei nº 10.735, de 11 de setembro de 2003, que dispõe sobre o direcionamento de depósitos à vista captados pelas instituições financeiras para operações de crédito destinadas à população de baixa renda e a microempreendedores", além de determinar outras providências que estarão na esfera da competência e atribuição dos Ministérios da Fazenda; Ciência, Tecnologia e Inovação; e da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, bem como do Conselho Monetário Nacional.

O objetivo do disciplinamento contido na MP é o de prover uma linha de crédito para aquisição de produtos de tecnologia assistiva destinados às pessoas com deficiência (PCD).

A linha de crédito subsidiada, ora proposta, facilitará a equiparação de oportunidades das PCD - das quais 24,6 milhões de pessoas pesquisadas recebem até um salário mínimo - permitindo que pessoas que recebem até dez salários mínimos mensais possam ser tomadoras de crédito da parcela dos recursos oriundos dos depósitos à vista captados pelos bancos comerciais, bancos múltiplos com carteira comercial e a Caixa Econômica Federal, exclusivamente para a aquisição de produtos de tecnologia assistiva.

Para tanto, a MP determina que a União concederá subvenção econômica, sob a forma de equalização de taxas de juros e outros encargos financeiros em operações de crédito efetuadas por instituições financeiras públicas federais, com a finalidade exclusiva de aquisição de bens e serviços de tecnologia assistiva destinados às pessoas com deficiência.

Por último, a MP estabelece que a metodologia e os limites da equalização anual por instituição financeira interessada em operar com o programa em questão serão definidos, anualmente, mediante portaria do Ministério da Fazenda, ficando limitados a R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais) anuais.

Em 30/11/2011, sem êxito, no entanto, por motivo de falta de quórum, foi feita a primeira tentativa para a instalação da Comissão Mista Especial destinada a examinar a medida provisória e elaborar o respectivo parecer.

Em 01/12/2011, esgotado o prazo regimental sem que houvesse, portanto, a instalação da referida Comissão Mista, a matéria foi encaminhada à SSCLCN – Subsecretaria de Coordenação Legislativa do Congresso Nacional - para as devidas providências.

Ainda em 01/12/2011, também no âmbito da SSCLCN, foi juntada a folha nº 91 ao processado, referente à cópia da página da Ordem do Dia do Congresso Nacional de 1º-12-2011, contendo a composição da Comissão Mista incumbida de examinar a Medida Provisória nº 550, de 2011.

Em seguida, a SSCLCN encaminhou o processado à Secretaria de Expediente com destino à Câmara dos Deputados, de acordo com o disposto no § 8º do art. 62 da Constituição Federal, tendo em vista o término do prazo na Comissão Mista.

Em decorrência dessa tramitação, cumpre ainda observar os seguintes prazos regimentais:

- Prazo para Emendas: 19/11/2011 a 24/11/2011.
- Comissão Mista: 18/11/2011 a 01/12/2011.

- Câmara dos Deputados: 02/12/2011 a 15/12/2011.
- Senado Federal: 16/12/2011 a 08/02/2012.
- Retorno à Câmara dos Deputados (se houver): 09/02/2012 a 11/02/2012.
- Passa a sobrestar a pauta: a partir de 12/02/2012.
- Congresso Nacional: 18/11/2011 a 26/02/2012.
- Prorrogação pelo Congresso Nacional: 27/02/2012 a 26/04/2012.

Em 06/12/2011, o Excelentíssimo Presidente da Mesa do Congresso Nacional, Senador José Sarney, assinou despacho que encaminhou a Medida Provisória e as vinte e uma emendas apresentadas à Câmara dos Deputados, uma vez que a Comissão Mista não foi instalada, em cumprimento ao disposto no § 8º do art. 62, da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32.

Em 07/12/2011, a MP foi recepcionada pela Câmara dos Deputados, em regime de urgência, para ser apreciada pelo Plenário.

Decorrido o prazo regimental, que compreendeu o período de 19/11/2011 a 24/11/2011, foram apresentadas vinte e uma emendas à MP nº 550/11, conforme descritas no seguinte quadro:

Nº	Autor(a)	Dispositivo a ser alterado na MP	Descrição da emenda
1	Deputado Romário	Art. 1º, parágrafo único.	Para incluir também o financiamento para aquisição, construção, reforma de habitação própria destinada a pessoas com deficiência.
2	Deputados Otávio Leite, Mara Gabrilli e Eduardo Barbosa	Art. 1º, parágrafo único.	Ampliar o universo de pessoas físicas com direito à concessão do crédito favorecido, aumentando o limite de renda mensal para até vinte salários mínimos.
3	Deputados Otávio Leite,	Art. 1º, parágrafo único.	Eliminar a restrição de teto de renda mensal das pessoas físicas que poderão ter direito à

Nº	Autor(a)	Dispositivo a ser alterado na MP	Descrição da emenda
	Mara Gabrilli e Eduardo Barbosa		concessão de crédito objeto da MP.
4	Deputados Otávio Leite, Mara Gabrilli e Eduardo Barbosa	Inclusão de um novo § 2º ao art. 1º, renumerando-se os demais parágrafos.	Evitar que cidadãos brasileiros deficientes sejam instados à aquisição de bens e serviços de tecnologia regulados pela Saúde, que não tenham comprovada qualificação técnica e/ou procedimental estabelecidos pela ANVISA.
5	Deputados Otávio Leite, Mara Gabrilli e Eduardo Barbosa	Inclusão de uma nova alínea "d" ao inciso I do art. 1º e modificação do art. 2º.	Para incluir também entre os tomadores dos recursos as entidades privadas sem fins lucrativos, de atendimento a pessoas com deficiência.
6	Deputada Mara Gabrilli	Art. 1º, parágrafo único.	Estender também o acesso às linhas de crédito para as instituições sem fins lucrativos que trabalhem integralmente no atendimento às pessoas com deficiência e para as pequenas empresas que não estejam submetidas à regra do art. 93 da Lei nº 8.213/91 ou que comprovem o cumprimento do disposto naquela lei.
7	Deputada Carmen Zanotto	Inclusão de um novo § 2º ao art. 1º, renumerando-se o atual parágrafo único como § 1º.	Equiparar as pessoas com transtorno do espectro autista aos deficientes físicos para os efeitos da MP.
8	Deputado Guilherme Campos	Inclusão de um novo § 2º ao art. 1º, renumerando-se o atual parágrafo único como § 1º.	Assegurar taxa de juros anual de até 8% para os tomadores da linha de crédito prevista na MP.
9	Senador Francisco Dornelles	Art. 2º, <i>caput</i> .	Ampliar a concessão da subvenção econômica prevista na MP a todas as instituições financeiras, sem restringi-la às instituições financeiras oficiais.

Nº	Autor(a)	Dispositivo a ser alterado na MP	Descrição da emenda
10	Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto	Art. 2º, <i>caput</i> .	Ampliar a concessão da subvenção econômica prevista na MP a todas as instituições financeiras, sem restringi-la às instituições financeiras oficiais.
11	Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto	Art. 2º, § 1º.	Aumentar o limite anual da subvenção prevista no <i>caput</i> do art. 2º da MP, ampliando-o para R\$ 40 milhões.
12	Deputados Otávio Leite, Mara Gabrilli e Eduardo Barbosa	Art. 2º, § 1º.	Elevar em 50%, a cada ano, a partir de 2012, o limite de R\$ 25 milhões, previsto para a subvenção, conforme o <i>caput</i> do art. 2º da MP.
13	Deputado Guilherme Campos	Art. 2º, § 1º.	Ampliar para R\$ 50 milhões o valor da subvenção prevista no <i>caput</i> do art. 2º.
14	Deputada Mara Gabrilli	Art. 2º, § 5º, inciso I.	Incluir, na apreciação do Ato regulamentar conjunto dos Ministérios envolvidos, o limite de faturamento líquido das instituições sem fins lucrativos que trabalhem integralmente no atendimento de pessoas com deficiência e das empresas que busquem adaptar-se para integrarem funcionários com deficiência em seus quadros.
15	Deputado Romário	Art. 2º, § 6º, inciso I.	Definir em 4% ao ano a taxa de juros e demais encargos que poderão ser cobrados dos mutuários nas operações de financiamento subvencionadas previstas na MP.
16	Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto	Art. 2º, § 6º, inciso I.	Definir em 8% ao ano a taxa de juros e demais encargos que poderão ser cobrados dos mutuários nas operações de financiamento subvencionadas previstas na MP.
17	Deputado Antonio Carlos	Inclusão de novo § 8º ao art. 2º.	Incluir na definição do rol de bens e serviços, a que se refere o § 5º, do inciso II, do art. 2º, as entidades da sociedade civil que representem os

Nº	Autor(a)	Dispositivo a ser alterado na MP	Descrição da emenda
	Magalhães Neto		interesses e que desenvolvam ações de garantia e promoção de direitos das pessoas com deficiência.
18	Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto	Inclusão de novo § 8º ao art. 2º.	Na definição da taxa de juros e encargos da linha de crédito subvencionada, o Ministério da Fazenda deverá levar em consideração a renda do tomador do financiamento, com previsão de custos efetivos menores para aqueles com renda mais baixa.
19	Deputado Guilherme Campos	Inclusão de novo parágrafo ao art. 2º, renumerando-se os demais.	Estabelecer facilitação na obtenção de financiamento pelas micro e pequenas empresas que tenham como objeto a fabricação de artigos de tecnologia assistiva destinados às pessoas com deficiência.
20	Deputados Otávio Leite, Mara Gabrilli e Eduardo Barbosa	Incluir novo artigo onde couber.	Garantir que o Poder Executivo implante programa de incentivo e apoio à indústria nacional em tecnologia assistiva, bem como para pesquisa e inovação nessa área, por intermédio de linhas de crédito oferecidas pelo BNDES.
21	Deputado Guilherme Campos	Incluir novo artigo onde couber.	Estabelecer a obrigatoriedade do Ministério da Fazenda, em seu portal na <i>internet</i> , publicar informações detalhadas sobre a concessão de subvenção de que trata o art. 2º da Lei nº 10.735, de 11/9/2003.

Em 02 de fevereiro deste ano, esta Parlamentar foi designada Relatora para proferir parecer em plenário pela Comissão Mista a esta medida provisória e às emendas apresentadas.

Em 15 de fevereiro passado, esta Relatora, na condição de autora das emendas nºs 6 e 14, requereu a retirada de ambas emendas por intermédio, respectivamente, dos Requerimentos nºs 4.356/2012 e 4.357/2012

Em 02 de março último, mediante a apresentação de um novo requerimento, de nº 4.483, de 2012, de autoria desta Relatora em conjunto com os Deputados Eduardo Barbosa e Otávio Leite, foi pleiteada a retiradas das emendas nºs 02, 03, 04, 05, 12 e 20.

Todos os requerimentos de retirada acima mencionados foram tempestivamente deferidos pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Marco Maia.

Feito esse registro, as emendas nº 2, 3, 4, 5, 6, 12, 14 e 20 consideram-se regimentalmente excluídas do processado e de nossa apreciação ao longo do voto a seguir.

II - VOTO DA RELATORA

É com muita honra que busquei e recebi a incumbência de relatar a presente Medida Provisória, sobre a qual apresento agora meu voto. Trago à consideração dos nobres Deputados e Deputadas que para uma mulher tetraplégica como eu estar aqui, na Tribuna da Câmara dos Deputados, relatando uma matéria tão cara às pessoas com deficiência, foi preciso percorrer um longo caminho. Em muito estamos colhendo frutos do empenho, da coragem e do carinho de milhões de pessoas, que direta ou indiretamente lutam pelos direitos das pessoas com deficiência.

É importante recuperar parte dessa história, para que fique registrado em nosso Relatório o contexto em que se recebe a presente medida provisória.

São muitas as causas que explicam a exclusão a que historicamente foram submetidas as pessoas com deficiência, nos mais diversos países do mundo; a segregação que lhes era imposta, a invisibilidade a que estavam submetidas, o assistencialismo como modelo único de abordagem governamental para sua tutela, o preconceito que o desconhecimento de suas potencialidades invariavelmente ocasiona, tudo contribuiu para a exclusão dessas pessoas que, por muito tempo, não gozaram do convívio social, não importa em que parte do mundo estivessem.

A despeito de muitas dessas questões sociais persistirem ainda hoje, a partir da segunda metade do século XX o engajamento político de diversas minorias e o alcance de seus pleitos junto a órgãos governamentais e

internacionais culminou com o avanço significativo no tratamento social, inclusive da pessoa com deficiência. Ao fim da Segunda Guerra Mundial observou-se um evidente aumento no número de pessoas com deficiência adquirida tardiamente, tornando a questão da deficiência, ainda que por linhas tortas, mais visível às famílias e à sociedade como um todo.

Nos mais diversos países eclodiram movimentos políticos em defesa dos direitos das pessoas com deficiência notadamente nos anos setenta, contribuindo-se decisivamente para as mudanças de paradigmas relativos à deficiência, tanto nas respostas governamentais quanto nas relações interpessoais. Na verdade, o que se pretendia era mudar radicalmente o lugar da pessoa com deficiência na sociedade, para que passasse a ser protagonista de sua própria história.

Na década de 80 a questão da deficiência ganha evidência junto aos organismos internacionais. A eleição do ano de 1981 pela ONU como o 'Ano Internacional da Pessoa Deficiente', tendo como tema 'Participação Plena e Igualdade', constituiu-se em um marco representativo desse movimento.

No Brasil também se expandia a consciência de que as dificuldades das pessoas com deficiência advinham, primordialmente, da maneira como a sociedade os tratava. Na tendência dos movimentos internacionais, que enfatizavam a busca pela igualdade de direitos e de oportunidades, as pessoas com deficiência conquistaram espaço importante no texto da Constituição Federal de 1988, com tratamento próprio e reconhecimento dos direitos de cidadania, inclusive com previsão de adoção de medidas que garantam sua efetiva inclusão social.

A década de 90 foi profícua no desenvolvimento de legislações mundo afora que, se por um lado alcançavam positivamente a tutela das pessoas com deficiência, por outro careciam de efetividade prática. De outro lado muitos países adotavam definições, conceitos e práticas ultrapassadas que, embora estivessem impregnadas de boas intenções, não logravam a efetiva emancipação das pessoas com deficiência.

Neste ponto se identificou a necessidade de engajar a comunidade internacional em um movimento de reafirmação do ideal de inclusão das pessoas com deficiência, estabelecendo critérios, conceitos e

obrigações definitivas que de fato contribuísssem para a emancipação das pessoas com deficiência.

É nesse movimento que, em 2006, aprovou-se a Convenção Internacional da ONU Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Este tratado de Direitos Humanos pretendeu garantir os direitos das pessoas com deficiência, instando os países membros a adotarem todas as medidas necessárias para remover as barreiras que impedem sua inclusão social em igualdade de condições com as demais pessoas.

Este Congresso Nacional brasileiro ratificou a Convenção Internacional Sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, bem como o seu Protocolo Facultativo, por meio da Resolução nº 186, de 9 de julho de 2008. Um ponto importantíssimo: essa convenção foi internalizada em nosso ordenamento jurídico com *status* de Emenda Constitucional, nos termos do parágrafo 3º do artigo 5º da Constituição Federal de 1988. Essa conquista histórica do movimento das pessoas com deficiência deu nova força à luta pela inclusão das pessoas com deficiência.

Conceitos de enorme relevância como acessibilidade, desenho universal, tecnologia assistiva e ajudas técnicas ganharam novo tratamento a partir da Convenção Internacional. As Leis 10.048 e 10.098, ambas de 2000, regulamentadas pelo Decreto Federal 5.296 de 2004, ganham novo escopo, já que tais normas buscavam a inclusão através de práticas e conceitos que foram profundamente alcançados pela Convenção.

Ainda assim vivemos um momento em que os caminhos definidos pela comunidade internacional – e adotados pelo Estado Brasileiro através da ratificação da Convenção – ainda não foram trilhados. Ainda faltam as políticas públicas, os recursos aplicáveis e a quebra de paradigma que beneficiará não apenas a população com deficiência, mas toda a sociedade. É preciso, enfim, que aproveitemos o momento em que estamos, no qual o esclarecimento sobre a realidade dessas pessoas, suas potencialidades e suas necessidades é tão maior, e no qual a legislação constitucional está posta, para darmos um salto de inclusão e cidadania.

É nesse contexto que surge a presente Medida Provisória 550 de 2011. Ela é uma das ações previstas no “Programa Viver Sem Limites”,

lançado pela Presidenta Dilma no final do ano passado como um conjunto de ações do Governo Federal destinadas às pessoas com deficiência. De acordo com o Governo Federal, serão 7,6 bilhões de reais aplicados até 2014.

O “Viver Sem Limites” é lançado justamente quando contamos com um parlamento mais plural, composto inclusive por deputados e deputadas com deficiência - e também por outros que, sem deficiência alguma, se engajam de coração à causa. Nunca antes tivemos um número tão grande de parlamentares com algum tipo de deficiência. Particularmente me causa orgulho o fato de eu mesma ser a primeira tetraplégica eleita para um mandato na Câmara dos Deputados. Não parece ser uma feliz coincidência; o Brasil está pronto para a inclusão das pessoas com deficiência e, mais que isso, demanda a atenção do Poder Público.

Em seu artigo 20, a Convenção Internacional determina que os Estados Partes deverão tomar medidas efetivas para facilitar “às pessoas com deficiência o acesso a tecnologias assistivas, dispositivos e ajudas técnicas de qualidade (...), inclusive tornando-os disponíveis a custo acessível”. O acesso à tecnologia assistiva é um fator indispensável para a inclusão das pessoas com deficiência. Vejam como é importante;

- Para se locomover até o Plenário esta Relatora foi transportada em uma cadeira de rodas. Trata-se de uma tecnologia assistiva;

- Em seguida, registrei minha presença em Plenário com auxílio de um terminal composto por um computador e uma *webcam*. O computador possui um software que, através da *webcam*, faz a leitura do movimento dos meus olhos e de minha expressão facial. Novamente, uma tecnologia assistiva;

- Para apresentar este Relatório na Tribuna da Câmara dos Deputados fiz uso de uma plataforma elevatória, incorporada em nosso Plenário como mecanismo para garantir a acessibilidade de qualquer pessoa com impedimento grave de mobilidade. Mais uma vez, uma tecnologia assistiva.

Não é preciso esforço para compreender a relevância da tecnologia assistiva para a emancipação da pessoa com deficiência. Se eu sou deputada, e desempenho minhas atribuições parlamentares com afinco, é porque tenho acesso às tecnologias que anulam meu impedimento motor. O

mesmo benefício poderá ser gozado por milhões de brasileiros que precisam de uma cadeira de rodas motorizada, um computador adaptado com leitor de telas, um automóvel adaptado e muito mais.

Os recursos de tecnologia assistiva classificam-se em diversas categorias, de acordo com a funcionalidade a que se destinam. Dessa forma, não apenas os computadores, recursos de acesso ao computador, cadeiras de rodas, sintetizadores de voz, órteses e próteses, mas também objetos simples, que contribuem para facilitar a vida prática, são considerados tecnologia assistiva. Nessa mesma linha de raciocínio, as adaptações em veículos e mudanças arquitetônicas para garantia da acessibilidade, como adaptações e reformas de casas e ambientes de trabalho constituem tecnologia assistiva, porquanto permitem ou ampliam a funcionalidade das pessoas com deficiência e, por consequência, sua participação social em igualdade de condições e oportunidades às demais pessoas.

Embora já exista previsão legal para o fornecimento de tecnologia assistiva para garantir a acessibilidade da pessoa com deficiência, entendemos que são necessárias medidas adicionais para que as pessoas com deficiência, em especial aquelas consideradas de baixa renda, possam ter acesso aos bens, serviços, metodologias e estratégias que ampliam sua autonomia e independência, possibilitando o efetivo exercício de direitos de cidadania. Nesse sentido, a presente Medida Provisória certamente contribuirá para a ampliação da participação social da pessoa com deficiência.

O objetivo do disciplinamento contido na MP é o de prover uma linha de crédito para aquisição de produtos de tecnologia assistiva destinados às pessoas com deficiência (PCD). Entende-se que a carência de acesso a esses produtos é fator de exclusão social, refletindo negativamente na vida familiar e profissional dessas pessoas.

As justificativas para a adoção da citada MP, apontadas na Exposição de Motivos Interministerial nº 183/2011/ MF/CC/MCTI/SDH, são:

1 – a linha de crédito proposta facilitará a equiparação de oportunidades das PCD, além de expandir o mercado consumidor e impulsionar a inovação tecnológica por meio da produção doméstica desses produtos;

2 – destaca-se que grande parte do universo de PCD não auferem renda suficiente para contrair um financiamento para essa finalidade. De acordo com o Censo 2000, 63% das 24,6 milhões de pessoas pesquisadas recebem até um salário mínimo. Ademais, 13,5% têm menos de 19 anos de idade e outra grande parte é dependente dos seus familiares devido à gravidade de sua deficiência;

3 – alega-se que, se o tomador de crédito for uma PCD, haverá um descasamento entre sua capacidade de pagamento, o prazo de financiamento e a depreciação dos equipamentos adquiridos;

4 – enfatiza-se que o foco dessa linha de crédito será a aquisição dos produtos de tecnologia assistiva por parte das PCD;

5 - propõe-se a inclusão de um parágrafo único no art. 1º da Lei nº 10.735, de 11 de setembro de 2003, a fim de permitir que as PCD que recebem até dez salários mínimos mensais possam ser tomadoras de crédito da parcela dos recursos oriundos dos depósitos à vista captados pelos bancos comerciais, bancos múltiplos com carteira comercial e a Caixa Econômica Federal, exclusivamente para a aquisição de produtos de tecnologia assistiva;

6 – informa-se que a União concederá subvenção econômica, sob a forma de equalização de taxas de juros e outros encargos financeiros em operações de crédito efetuadas por instituições financeiras públicas federais que cobrarem taxas de juros de 8% ao ano ao tomador final, com a finalidade exclusiva de aquisição de bens e serviços de tecnologia assistiva destinados às pessoas com deficiência;

7 – por último, ressalta-se que a metodologia e os limites da equalização anual por instituição financeira interessada em operar com o programa em questão serão definidos anualmente mediante portaria do Ministério da Fazenda e ficarão limitados a R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais) anuais.

O art. 1º da MP em análise estabelece uma alteração no art. 1º da Lei nº 10.735, de 11 de setembro de 2003, com a finalidade de autorizar a utilização de parte dos recursos oriundos dos depósitos à vista captados pelos bancos para operações de crédito em que sejam tomadores de recursos pessoas físicas, com renda mensal de até dez salários mínimos,

desde que os valores das operações sejam direcionados exclusivamente para a aquisição de bens e serviços de tecnologia assistiva destinados a pessoas com deficiência. Define ainda que os termos serão fixados por ato do Poder Executivo.

O art. 2º autoriza a União a conceder subvenção econômica a instituições financeiras oficiais federais, sob a forma de equalização de taxas de juros e outros encargos financeiros, em operações de financiamento para a aquisição, por pessoa física, de bens e serviços de tecnologia assistiva destinados a pessoas com deficiência.

Este art. 2º estabelece, ao longo de sete parágrafos, as condições e regras em que se dará essa subvenção aos bancos públicos federais, a saber:

- A subvenção ficará limitada a R\$ 25 milhões por ano;
- O pagamento das subvenções ficará condicionado à apresentação, pela instituição financeira beneficiária, de declaração de responsabilidade pela exatidão das informações relativas às operações realizadas, e estará condicionado à existência de dotação orçamentária;
- A equalização de juros corresponderá ao diferencial entre o encargo do mutuário final e o custo da fonte de recursos, acrescido da remuneração devida à instituição financeira.

No § 5º do art. 2º da MP é determinado que um Ato conjunto do Ministro de Estado da Fazenda, do Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação e do Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República disporá sobre:

I - o limite de renda mensal para enquadramento como beneficiário do financiamento objeto da linha de crédito em questão;

II - o rol de bens e serviços de tecnologia assistiva destinados a pessoas com deficiência passíveis de financiamento com o crédito subvencionado.

Além disso, o § 6º do art. 2º da MP define a competência do Ministério da Fazenda para:

I - definir a taxa de juros e demais encargos que poderão ser cobrados dos mutuários pelas instituições financeiras nas operações de financiamento subvencionadas;

II - definir a metodologia e demais condições para o pagamento da subvenção;

III - estipular os limites anuais de subvenção por instituição financeira, respeitada a dotação orçamentária reservada a essa finalidade.

Por último, o § 7º do art. 2º da MP determina que cabe ao Conselho Monetário Nacional estabelecer as condições necessárias à contratação das operações de financiamento no âmbito da linha de crédito instituída pela Medida Provisória.

Da Análise da Constitucionalidade, Juridicidade e Técnica Legislativa.

A edição da medida provisória se sujeita ao disposto no art. 62 da Constituição Federal, que estabelece, como pré-requisitos vitais, o atendimento dos critérios de relevância e urgência.

A MP trata de assunto de clara relevância, pois a inclusão das pessoas com deficiência é um valor social de mérito constitucional.

Também se verifica a urgência da medida. O pleito por acesso a crédito subsidiado para aquisição de tecnologia assistiva é bastante antigo, e a maior parte da população com deficiência não possui recursos para acessar crédito bancário não subsidiado.

O direcionamento de recursos de depósitos à vista está de acordo com o disposto no inciso VII do art. 22 d

A Constituição Federal, que confere à União competência privativa para legislar sobre política de crédito.

O tema também não está inserido entre as hipóteses vedadas no § 1º do art. 62 da Constituição Federal.

Os aspectos da constitucionalidade, da juridicidade e da técnica legislativa também estão atendidos. Não se verificam máculas na Medida Provisória quanto aos princípios da legalidade e juridicidade das questões abordadas nos dispositivos constantes da medida.

A MP nº 550/2011 não fere a Constituição Federal, nem tampouco se caracteriza como injurídica, enquadrando-se sem problemas no ordenamento jurídico pátrio. Em relação à técnica legislativa, os dispositivos da MP estão em conformidade com os preceitos da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Tal entendimento, acima exposto, também se aplica às emendas apresentadas de nºs 1 a 21, a serem apreciadas pelo Plenário, pois nelas não constatamos quaisquer vícios de inconstitucionalidade, injuridicidade ou técnica legislativa.

Da Compatibilidade e Adequação Financeira e Orçamentária.

A Resolução nº 1, de 2002 do Congresso Nacional, em seu art. 5º, § 1º, dispõe que o exame de compatibilidade orçamentária e financeira das medidas provisórias “abrange a análise da repercussão sobre a receita ou a despesa pública da União e da implicação quanto ao atendimento às normas orçamentárias e financeiras vigentes, em especial a conformidade com a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (LRF), a lei do plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e a lei orçamentária da União”.

Além de não colidir com as normas constitucionais, a MP deve, portanto, observar o disposto na Lei Complementar nº 101, de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF) e na Lei nº 12.309/10 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2011 – LDO/2011).

Quanto à LRF, as exigências estão contidas nos artigos 16 e 17 e no Capítulo VI. O art. 16 exige que a iniciativa que criar aumento de despesa seja acompanhada de estimativa de impacto orçamentário-financeiro no exercício em que entrar em vigor e nos dois seguintes.

A Exposição de Motivos Interministerial (EMI) apresenta as seguintes estimativas: para 2011, nenhum desembolso; para 2012, R\$ 16,9 milhões; para 2013, R\$ 17 milhões.

No que respeita ao art. 17, a EMI informa que, a partir de 2012, a subvenção será paga por meio de remanejamento de recursos atualmente alocados para cobrir despesas com subvenção econômica concedida a instituições financeiras em operações de microcrédito produtivo orientado, nos termos da MP nº 543/11.

O Capítulo VI da LRF, composto pelos arts. 26 a 28, trata da destinação de recursos públicos para o setor privado. O art. 26 exige que essa destinação seja autorizada por lei específica e que obedeça à LDO vigente, além de estar prevista no orçamento. O § 2º esclarece que essa norma se aplica igualmente às leis de concessão de subvenções.

A MP nº 550/11 trata exclusivamente desse tema, o que atende o caput do art. 26 da LRF. Quanto à previsão dos recursos no orçamento, a EMI esclarece que não há previsão de desembolso em 2011 e que, em 2012, haverá o citado remanejamento.

Entendo que não se aplicam à matéria os arts. 27 e 28 do mesmo capítulo, porque o art. 27 trata da concessão de crédito por parte de ente da Federação, e o art. 28 de ações de socorro ao Sistema Financeiro. Neste caso, quem está concedendo financiamento é o sistema bancário, e não a União. Pela mesma razão, não se aplicam os arts. 47 a 49 da LDO/2011, que disciplinam os empréstimos, financiamentos e refinanciamentos com recursos dos orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.

Especificamente em relação à LDO/2011, o art. 33 – único da subseção que trata das subvenções econômicas – foi vetado.

A MP cumpre o disposto no art. 90 da LDO/2011, que determina que os encargos dos financiamentos concedidos pelas agências oficiais de fomento – entre as quais se inclui, por exemplo, a Caixa Econômica Federal – não podem ser inferiores ao respectivo custo de captação e administração. O § 4º do art. 2º da MP limita a equalização à diferença entre o custo de captação, somado à remuneração da instituição financeira, e os encargos do tomador final.

O confronto das disposições da matéria em análise com as normas orçamentárias e financeiras vigentes, em especial a Lei de Responsabilidade Fiscal, a Lei do Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes

Orçamentárias e a Lei Orçamentária da União não revela impedimento passível de prejudicar a conformidade orçamentária e financeira da Medida Provisória.

Do mérito das emendas apresentadas

Em que pese terem sido inicialmente apresentadas vinte e uma emendas à MP 550/11, na verdade somente deveremos nos manifestar sobre o mérito de treze delas, porque, como já explicado, deixaremos de nos pronunciar em relação às emendas retiradas de nºs 2, 3, 4, 5, 6, 12, 14 e 20.

Em relação à Emenda nº 1, de autoria do Dep. Romário, que prevê a possibilidade de utilização dos recursos subvencionados para aquisição, construção ou reforma de habitação própria destinada à pessoa com deficiência, é preciso apontar o trabalho consistente e multiplicador que o Deputado Romário vem desempenhando em nosso Parlamento.

Em diversas ocasiões já pudemos observar o Deputado Romário lutando pelas pessoas com deficiência, fosse no aprimoramento de leis e medidas provisórias aprovadas aqui – e cito as alterações feitas ao regime do Benefício de Prestação Continuada – BPC, em que sua atuação junto ao Governo, o Relator da matéria e esse Plenário foi fundamental – fosse organizando eventos de conscientização ou trabalhando pela Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, Romário vem mostrando a que veio: é um aguerrido entusiasta de nossa causa; como pai, é também a *sua* causa.

Há um ponto específico em que a emenda do deputado Romário acena uma importante realidade: o texto da MP já permite a destinação da linha de crédito subvencionada para a reforma da habitação da pessoa com deficiência, mas será preciso que o ato do Poder Executivo de regulamentação da linha abarque esse importante elemento de inclusão. Pensemos em pessoas com deficiência adquirida, como um jovem que ao sofrer um acidente torna-se paraplégico. Em casos como esse, é muito frequente que a família identifique da noite para o dia que sua residência não é acessível. A reforma desse ambiente é sim um “serviço em tecnologia assistiva” e poderá ser contemplado pela linha.

Importa assinalar que o conceito de tecnologia assistiva encontra-se em processo de construção e aperfeiçoamento. Se, originalmente, a expressão era entendida como a gama de dispositivos utilizada para

melhorar a capacidade funcional das pessoas com deficiência, o conceito atual apresenta-se bem mais abrangente, pois se refere não apenas a produtos e serviços, mas também a metodologias e estratégias que favoreçam a ampliação da autonomia e independência da pessoa com deficiência, em consonância com os princípios que fundamentam a referida Carta de Direitos Humanos.

Com efeito, o Brasil já adota um conceito de tecnologia assistiva que vai ao encontro do disposto no art. 20 da Convenção. O Comitê de Ajudas Técnicas – CAT, órgão governamental criado, entre outros objetivos, para propor políticas públicas relativas à tecnologia assistiva, apresenta a seguinte conceituação: *"Tecnologia Assistiva é uma área do conhecimento, de característica interdisciplinar, que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação, de pessoas com deficiência, incapacidade ou mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social"* (CAT – Ata VII, 14.12.2007).

Como a adaptação de espaços para garantia da mobilidade pessoal já constitui uma categoria de recursos de tecnologia assistiva, não se vislumbra a necessidade de incluir, no texto da lei, previsão explícita para que esse tipo de recurso seja assim considerado. De fato, é necessário trabalhar, junto ao Governo Federal, para inclusão das adaptações feitas em residências na regulamentação desta Lei, qual seja, no Rol de Produtos e Serviços a que se refere o § 5º, inciso II, do art. 2º desse diploma legal. Comprometo-me com o autor da Emenda a buscar junto ao Poder Executivo o reconhecimento dessa demanda, e o parabenizo pela iniciativa.

Finalmente, ao não acolhermos a emenda de nº 1 é importante esclarecermos ao deputado Romário que o Programa "Minha, Casa, Minha Vida" já destinará 3% das unidades habitacionais para pessoas com deficiência, e que todas as casas destinadas às famílias que ganham até R\$ 1.600,00 serão adaptáveis. Ainda, a existência de linhas de crédito para construção de moradias destinada à população de baixa renda já é uma realidade, aliás, com juros subsidiados mais baixos do que o que será praticado nesta linha de crédito.

A Emenda nº 7, de autoria da Deputada Carmen Zanotto, pretende equiparar a pessoa com transtorno do espectro autista à pessoa com deficiência física, para os fins dessa Medida Provisória. A autora da emenda claramente busca reconhecer a luta desse segmento – notadamente das famílias que possuem membros autistas - que é sistematicamente excluído das políticas públicas de atenção às pessoas com deficiência. Chamo a atenção deste Congresso Nacional para a questão: precisamos reconhecer as necessidades e carências dessa comunidade, que em muito continua invisível à luz das políticas públicas.

O não acolhimento da emenda se explica até mesmo para respeitar seu mérito. Importa registrar que a Convenção Internacional, ao conceituar pessoas com deficiência como “aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, físicas ou atitudinais, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas”, não menciona nenhum tipo de deficiência explicitamente.

Nesse contexto, as pessoas com transtorno do espectro autista são indubitavelmente consideradas pessoas com deficiência, uma vez que apresentam impedimentos de longo prazo que, em interação com barreiras ambientais e atitudinais, dificultam sua inclusão e efetiva participação social, mantendo-os historicamente aliçados da convivência comunitária e dos processos decisórios das sociedades a que pertencem.

Ainda nesse sentido, a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas adotou a Resolução nº 62/139, de 18 de dezembro de 2007, que estabelece o dia 2 de abril como o Dia Mundial de Consciência sobre o Autismo. A referida Resolução define autismo como uma deficiência de desenvolvimento de longo prazo, que se manifesta durante os três primeiros anos de vida e resulta de uma desordem neurológica que afeta o funcionamento do cérebro, afetando principalmente crianças, e que se caracteriza por impedimentos na interação social, problemas com comunicação verbal e não verbal, e atividades, interesses e comportamentos repetitivos e restritos.

Assim, o não acolhimento da Emenda nº 7 é mesmo um respeito à comunidade autista e suas famílias: não se discute que autismo é deficiência e, portanto estão contemplados pela MP 550 de 2011. Mas o diagnóstico feito pela Nobre Deputada Carmen Zanotto persiste, e é urgente que este Congresso Nacional se debruce sobre o tema: pessoas com transtorno do espectro autista continuam desassistidas por nossas políticas públicas, e julgamos imprescindível o desenvolvimento de políticas específicas, que visem sua plena inclusão social. Nesse diapasão, devem ser consideradas ações de conscientização sobre o autismo, estratégias de rastreamento com vistas ao diagnóstico precoce, atendimento multidisciplinar da pessoa com autismo, inclusive com atenção à educação, e a oferta de serviços específicos nos casos em que o autista demande atendimento especializado.

As Emendas nº 9, de autoria do Nobre Senador Francisco Dornelles, e nº 10 , do Nobre Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, pretendem modificar o art. 2º da MP 550 com o propósito de estender a subvenção econômica às demais instituições financeiras, incluindo os bancos privados.

A despeito de acreditar que a enorme capilaridade de agências dos grandes bancos privados, distribuídas por todo território nacional, seria um importante elemento no sentido de assegurar o acesso de um maior número possível de mutuários à linha de crédito ora criada, há uma questão substantiva, da própria natureza comercial das instituições privadas, que poderia determinar a prevalência por um perfil de tomador diferente daquele originalmente pretendido. Por essa razão não acatamos as referidas emendas.

A linha de crédito poderá ser tomada por pessoas físicas com renda entre 1 e 10 salários mínimos. Obviamente pessoas com renda de 8, 9 ou 10 salários mínimos apresentam um perfil de tomador de crédito bastante mais atrativo para bancos comerciais, notadamente no que diz respeito à capacidade de adimplir as obrigações financeiras contratadas. Por isso, a ampliação da subvenção aos bancos comerciais poderia distorcer e até mesmo comprometer os objetivos originais da medida.

Ainda assim é de se observar que os bancos comerciais podem sim conceder crédito nos termos do artigo 1º da MP 550. Não haverá subvenção econômica, mas há autorização para uso dos recursos previstos no artigo 1º da Lei 10.735 de 2003. O esforço a ser empreendido agora é

demonstrar às instituições financeiras privadas a relevância e o valor social de se oferecer tal linha de crédito.

As Emendas de nº 11, de autoria do Nobre Deputado Antônio Carlos Magalhães Neto, e 13, do Nobre Deputado Guilherme Campos, têm o objetivo de permitir a elevação do valor subvencionado, para quarenta e cinquenta milhões de reais, respectivamente.

O aumento do valor subvencionado é uma ideia extremamente meritória, mas chamamos a atenção dos nobres relatores para o fato de que é preciso se garantir, sobretudo, a possibilidade de majoração futura do valor. Quer dizer, mais importante que aumentar o atual valor fixado em 25 milhões de reais, seria permitirmos que com o passar do tempo esse valor seja revisto, observadas as exigências orçamentárias e da Lei de Responsabilidade Fiscal, de modo a se adequar às eventuais oscilações de preço do mercado, o surgimento de novas tecnologias e a ampliação do universo de beneficiados pela medida.

Uma observação relevante é que os R\$ 25 milhões de reais subvencionados deverão ser correspondentes a um crédito efetivamente oferecido de R\$ 100 milhões de reais. Trata-se de um valor relevante, e certamente um início promissor para essa medida.

Dessa forma, a despeito das emendas não terem sido acolhidas em sua redação acreditamos que o espírito das iniciativas está presente, na forma do PLV, com a previsão de que o valor da subvenção poderá ser majorado nos exercícios fiscais subsequentes, mediante a correspondente previsão em lei orçamentária.

A Emenda nº 18 foi acatada na forma do PLV, uma vez que o modelo de “custos efetivamente menores para aqueles [tomadores] de renda mais baixa” se coaduna com os objetivos da MP 550.

Neste ponto, já há o precedente de escalonamento de taxas de juros por faixas de rendas admitidas no âmbito do programa habitacional Minha Casa, Minha Vida, instituído nos moldes da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, e implementado por intermédio de regulamentação infralegal do programa nos termos de Resoluções do Conselho Monetário Nacional (a exemplo da Resolução CMN nº 3.758, de 9/7/2009).

As Emendas nº 8, 15 e 16 de autoria dos Nobres Deputados Guilherme Campos, Romário e Antônio Carlos Magalhães Neto estabelecem o teto de taxas de juros máximas a serem cobradas do mutuário entre 4% (emenda nº 15) e 8% (emendas nº 8 e 16) ao ano.

A intenção dos autores das emendas é meritória, porque pretende garantir que os juros observarão um teto adequado à finalidade da linha de crédito, que situam entre 4 e 8% ao ano. Ainda assim, por razões de ordem técnica, a fixação da taxa de juros no texto da lei é opção que se desaconselha em função da imprevisibilidade dos fatores macroeconômicos que influenciam a definição das taxas de juros. Situações de crises econômicas, como as vividas hoje na Europa, demonstram que é preciso ser prudente na definição de parâmetros econômicos que oscilam no longo prazo.

É importante ainda ressaltar que, em decorrência da edição desta MP 550/11, foi editada a Resolução nº 4.050, de 26/1/2012, pelo Conselho Monetário Nacional, que em seu art. 2º, inciso I, fixou a taxa de juros efetivas em patamar não superior a 2% ao mês.

Na mesma direção, o Ministério da Fazenda editou a Portaria nº 32, de 8 de fevereiro de 2012, na qual estabeleceu taxa de juros para o mutuário em 8% ao ano e taxa de abertura de crédito de 0% nas operações a serem contratadas junto ao Banco do Brasil.

Ficamos dessa forma com o entendimento de que a limitação de taxas de juros deve ficar ao encargo do Conselho Monetário Nacional e do próprio Ministério da Fazenda, como faculta o § 6º do art. 2º da medida provisória, não acolhendo as emendas nº 8, 15 e 16.

A Emenda nº 17, de autoria do Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, mostra-se bastante oportuna, pois visa tornar mais democrático o processo de escolha dos bens e serviços de tecnologia assistiva que serão contemplados para aquisição através da linha de crédito. O autor pretende que haja participação de instituições da sociedade civil que atuam na defesa dos interesses da pessoa com deficiência no processo.

Importa destacar que a Convenção Internacional prevê a garantia de participação das pessoas com deficiência na vida política e pública, assegurando-se um ambiente em que possam participar efetivamente na condução das questões públicas, seja diretamente ou por meio de seus

representantes, inclusive naquelas que lhe dizem respeito diretamente. Um dos mais arraigados mantras do segmento é o *slogan* “nada sobre nós, sem nós”.

Dessa forma, acolhemos parcialmente a emenda do autor, garantindo-se que o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência – Conade - será consultado e ouvido pelos Ministérios para a definição dos produtos e serviços contemplados pela linha de crédito. O Conade foi constituído com a finalidade de defender os interesses da pessoa com deficiência e representá-los no processo de definição, planejamento e avaliação das políticas públicas destinadas a esse segmento.

A Emenda nº 19, de autoria do Nobre Deputado Guilherme Campos, pretende estabelecer facilitação na obtenção de financiamento pelas micro e pequenas empresas que tenham como objeto a fabricação de artigos de tecnologia assistiva destinados às pessoas com deficiência.

Tal emenda não foi acatada por fugir ao escopo da presente MP. Ainda assim, entendemos como fundamental se rever o modelo de estímulo à indústria nascente em tecnologia assistiva e o fomento às instituições tecnológicas ligadas às universidades e aos centros de pesquisa.

Vale apontar que medidas vêm sendo tomadas, por instituições de fomento federais e bancos de desenvolvimento estaduais, no sentido de garantir o acesso ao crédito produtivo. Cito, no escopo do “Programa Viver Sem Limites”, linha específica de crédito produtivo que será oferecida pela Finep para o desenvolvimento de produtos e serviços em tecnologia assistiva, (inclusive com a previsão de aplicação de recursos não reembolsáveis).

A Emenda nº 21, que pretende estabelecer a obrigatoriedade do Ministério da Fazenda, em seu portal na *internet*, publicar informações detalhadas sobre a concessão de subvenção de que trata o art. 2º da Lei nº 10.735, de 11 de setembro de 2003, será acatada parcialmente, pois pretende garantir a transparência no uso dos recursos subvencionados.

A fim de aprimorá-la, incluímos a previsão de divulgação anual da subvenção econômica concedida, por instituição financeira, no formato e na periodicidade indicados em ato do Ministro da Fazenda, indicando

o valor total das operações, e a quantidade de operações por instituição financeira e por Unidade da Federação. Na verdade, para inserir esse modelo de transparência na divulgação de tais informações ao público, buscamos inspiração na redação da Medida Provisória nº 554, de 23/12/2011.

Por fim, é preciso destacar que a elaboração deste Relatório deve-se muito à contribuição dos ilustres Deputados Eduardo Barbosa e Otávio Leite, parlamentares que fazem de seu mandato um instrumento de luta pela valorização e inclusão social das pessoas com deficiência. Muitas das alterações acatadas pela Relatora estavam previstas em emendas apresentadas pelos deputados Otávio Leite e Eduardo Barbosa que, em um ato de absoluto desprendimento e cordialidade, assinaram comigo o requerimento de retirada das emendas que elaboramos conjuntamente. Ao fazerem isso suas contribuições deixam de constar neste Relatório da maneira apropriada, mas é imperioso registrar que estes deputados, juntamente com diversos outros, são parceiros de primeira ordem em nossa luta pelos direitos das pessoas com deficiência.

Da mesma forma, agradeço à deputada Rosinha da Adefal e ao deputado Walter Tosta, colegas de militância que engrandecem o parlamento, bem como todos os demais parlamentares que integram a Frente Parlamentar do Congresso Nacional em Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, com os quais compartilho este momento.

Em razão de todo o exposto, opinamos pela adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória nº 550, de 18 de novembro de 2011, bem como das treze emendas apresentadas.

Quanto ao mérito, votamos pela aprovação da Medida Provisória nº 550, de 18 de novembro de 2011, com o acolhimento integral da emenda nº 18; acolhimento parcial das emendas nº 11, 13, 17 e 21; e a rejeição das emendas nº 1, 7, 8, 9, 10, 15, 16 e 19, na forma do Projeto de Lei de Conversão anexo.

Sala das Sessões, em de março de 2012.

Deputada Mara Gabrilli

Relatora

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 6, DE 2012

(Projeto de Lei de Conversão nº 6, de 2012)

Altera a Lei nº 10.735, de 11 de setembro de 2003, que dispõe sobre o direcionamento de depósitos à vista captados pelas instituições financeiras para operações de crédito destinadas à população de baixa renda e a microempreendedores, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 10.735, de 11 de setembro de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º
.....

Parágrafo único. Fica autorizada a utilização dos recursos de que trata o *caput* para operações de crédito em que sejam tomadores de recursos pessoas físicas com renda mensal de até dez salários mínimos, desde que os valores das operações sejam direcionados exclusivamente para adquirir bens e serviços de tecnologia assistiva destinados a pessoas com deficiência, na forma estabelecida em ato do Poder Executivo.” (NR)

Art. 2º Fica a União autorizada a conceder subvenção econômica a instituições financeiras oficiais federais, sob a forma de equalização de taxas de juros e outros encargos financeiros, em operações de financiamento para a aquisição, por pessoa física, de bens e serviços de tecnologia assistiva destinados a pessoas com deficiência.

§ 1º A subvenção de que trata o *caput* fica limitada a R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais) por ano, OBSERVADO O DISPOSTO NO PARÁGRAFO 2º DESTA ARTIGO.

§2º O valor estabelecido no parágrafo 1º poderá ser majorado nos exercícios fiscais subsequentes, mediante a correspondente previsão em lei orçamentária.

§ 3º O pagamento das subvenções de que trata o *caput*, com vistas ao atendimento do disposto no inciso II do § 1º do art. 63 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, fica condicionado à apresentação, pela instituição financeira beneficiária, de declaração de responsabilidade pela exatidão das informações relativas às operações realizadas.

§ 4º O pagamento da subvenção de que trata o *caput* fica condicionado à existência de dotação orçamentária.

§5º A equalização de juros de que trata o *caput* corresponderá ao diferencial entre o encargo do mutuário final e o custo da fonte de recursos, acrescido da remuneração da instituição financeira.

§ 6º Ato conjunto do Ministro de Estado da Fazenda, do Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação e do Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República disporá sobre:

I - o limite de renda mensal para enquadramento como beneficiário do financiamento de que trata o *caput*;

II - o rol de bens e serviços de tecnologia assistiva destinados a pessoas com deficiência passíveis de financiamento com o crédito subvencionado, ouvido o Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência – CONADE.

§ 7º Compete ao Ministério da Fazenda:

I - definir a taxa de juros e demais encargos que poderão ser cobrados dos mutuários pelas instituições financeiras nas operações de financiamento subvencionadas previstas nesta lei;

II - definir a metodologia, as normas operacionais e demais condições para o pagamento da subvenção;

III - estipular os limites anuais de subvenção por instituição financeira, respeitada a dotação orçamentária reservada a essa finalidade; e

IV - divulgar, anualmente, informações relativas à subvenção econômica concedida, por instituição financeira, indicando, no mínimo, e desde que satisfeita a exigência constante do § 8º deste artigo, o valor total da subvenção, o valor total das operações e a quantidade de operações por instituição financeira e por Unidade da Federação.


§ 8º As instituições financeiras oficiais federais participantes deverão encaminhar ao Ministério da Fazenda informações relativas às operações realizadas, no formato e na periodicidade indicados em ato do Ministro de Estado da Fazenda.

§ 9º O Conselho Monetário Nacional estabelecerá as condições necessárias à contratação das operações de financiamento.

§ 10º Na definição da taxa de juros e demais encargos a que se refere o inciso I do § 7º deste artigo, o Ministério da Fazenda deverá levar em consideração a renda do mutuário, com previsão de custos efetivos menores para aqueles de renda mais baixa.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em de março de 2012.



Deputada Mara Gabrielli
Relatora

MPV 550/2011

Medida Provisória

Situação: Aguardando Encaminhamento na Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)

Autor
Poder Executivo

Apresentação
18/11/2011

Ementa

Altera a Lei nº 10.735, de 11 de setembro de 2003, que dispõe sobre o direcionamento de depósitos à vista captados pelas instituições financeiras para operações de crédito destinadas à população de baixa renda e a microempreendedores, e dá outras providências.

Explicação Ementa

Autoriza as instituições financeiras a utilizarem os depósitos à vista para operações de crédito de pessoas com deficiência para aquisição de bens e serviços de tecnologia assistiva.

Apreciação

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

Regime
Urgência

Última Ação

14/03/2012 PLENÁRIO (PLEN)

A matéria vai ao Senado Federal, incluindo o processado (MPV 550-A/2011) (PLV 6/12).

Último Despacho

07/12/2011 - Publique-se. Submeta-se ao Plenário.

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

Regime de Tramitação: Urgência

Documentos Relacionados

Apensados

-

Outros Documentos

Avulsos e Publicações (1)	Requerimentos (9)	Legislação Citada (1)
Pareceres, Substitutivos e Votos (1)	Ofícios (0)	Indexação (1)
Emendas (21)	Espelho Comissão Especial (0)	Histórico de Apensados (0)
Destaques (0)	Relat. Conf. Assinaturas (0)	Questões de Ordem Relacionadas (0)
Recursos (0)		

Andamento

18/11/2011 Poder Executivo - EXEC

Publicação da Medida Provisória no Diário Oficial da União.

18/11/2011 Comissão COMISSÃO MISTA - REFORMA DO JUDICIÁRIO - CMREFJUD

Prazo para Emendas: 19/11/2011 a 24/11/2011.

Comissão Mista: 18/11/2011 a 01/12/2011.

Câmara dos Deputados: 02/12/2011 a 15/12/2011.

Senado Federal: 16/12/2011 a 08/02/2012.

Retorno à Câmara dos Deputados (se houver): 09/02/2012 a 11/02/2012.

Sobrestar Pauta: a partir de 12/02/2012.

Congresso Nacional: 18/11/2011 a 26/02/2012.

Prorrogação pelo Congresso Nacional: 27/02/2012 a 26/04/2012.

06/12/2011 PLENÁRIO - PLEN

Apresentação da Mensagem n. 515/2011, pelo Poder Executivo, que: "Submete à apreciação do Congresso Nacional o texto da Medida Provisória n. 550, de 17 de novembro de 2011, que 'Altera a Lei nº 10.735, de 11 de setembro de 2003, que dispõe sobre o direcionamento de depósitos à vista captados pelas instituições financeiras para operações de crédito destinadas à população de baixa renda e microempreendedores, e dá outras providências'".

06/12/2011 Mesa Diretora da Câmara dos Deputados - MESA

Recebido o Of. nº 600, do Congresso Nacional, que encaminha o processado da Medida Provisória nº 550/2011. Informa, ainda que à medida foram oferecidas 21 (vinte e uma emendas) e a comissão Mista não se manifestou/não emitiu parecer"

06/12/2011 COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES - CCP

Publicação inicial no DCD do dia 07/12/2011

07/12/2011 Mesa Diretora da Câmara dos Deputados - MESA

Publique-se. Submeta-se ao Plenário.
Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Regime de Tramitação: Urgência

07/12/2011 COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES - CCP

Encaminhada à publicação. Avulso Inicial
Publicação do despacho no DCD do dia 08/12/2011

13/12/2011 14:00 Sessão - Deliberativa Ordinária - PLENÁRIO - PLEN

Matéria não apreciada em face do cancelamento da Ordem do Dia, mediante acordo.

14/12/2011 14:00 Sessão - Deliberativa Ordinária - PLENÁRIO - PLEN

Retirada de pauta, de ofício.

02/02/2012 Presidência da Câmara dos Deputados - PRESI

Designada Relatora, Dep. Mara Gabrilli (PSDB-SP), para proferir parecer em plenário pela Comissão Mista a esta medida provisória e às emendas apresentadas.

07/02/2012 14:00 Sessão - Deliberativa Ordinária - PLENÁRIO - PLEN

Matéria não apreciada por acordo dos Srs. Líderes.

08/02/2012 14:00 Sessão - Deliberativa Ordinária - PLENÁRIO - PLEN

Matéria não apreciada em face da não conclusão da apreciação da MPV 544/11, item 01 da pauta, com prazo encerrado.

14/02/2012 14:00 Sessão - Deliberativa Ordinária - PLENÁRIO - PLEN

Matéria não apreciada por acordo dos Srs. Líderes.

15/02/2012 PLENÁRIO - PLEN

Apresentação do Requerimento de Retirada de assinatura em proposição de iniciativa coletiva n. 4352/2012, pela Deputada Mara Gabrilli (PSDB-SP), que: "Requer a retirada de assinatura à Emenda nº 20 à Medida Provisória 550 de 2011, de autoria do Deputado Otávio Leite (PSDB/RJ) ".

Apresentação do Requerimento de Retirada de assinatura em proposição de iniciativa coletiva n. 4353/2012, pela Deputada Mara Gabrilli (PSDB-SP), que: "Requer a retirada de assinatura à Emenda nº 12 à Medida Provisória 550 de 2011, de autoria do Deputado Otávio Leite (PSDB/RJ) ".

Apresentação do Requerimento de Retirada de assinatura em proposição de iniciativa coletiva n. 4354/2012, pela Deputada Mara Gabrilli (PSDB-SP), que: "Requer a retirada de assinatura à Emenda nº 04 à Medida Provisória 550 de 2011, de autoria do Deputado Otávio Leite (PSDB/RJ) ".

Apresentação do Requerimento de Retirada de assinatura em proposição de iniciativa coletiva n. 4355/2012, pela Deputada Mara Gabrilli (PSDB-SP), que: "Requer a retirada de assinatura à Emenda nº 03 à Medida Provisória 550 de 2011, de autoria do Deputado Otávio Leite (PSDB/RJ) ".

Apresentação do Requerimento de Retirada de proposição n. 4356/2012, pela Deputada Mara Gabrilli (PSDB-SP), que: "Requer a retirada da Emenda nº 06 à Medida Provisória nº 550 de 2011".

Apresentação do Requerimento de Retirada de proposição n. 4357/2012, pela Deputada Mara Gabrilli (PSDB-SP), que: "Requer a retirada da Emenda nº 14 à Medida Provisória nº 550 de 2011".

Apresentação do Requerimento de Retirada de assinatura em proposição de iniciativa coletiva n. 4358/2012, pela Deputada Mara Gabrilli (PSDB-SP), que: "Requer a retirada da assinatura da Emenda nº 02 à Medida Provisória nº 550 de 2011, de autoria do Deputado Otávio Leite (PSDB/RJ) ".

Apresentação do Requerimento de Retirada de assinatura em proposição de iniciativa coletiva n. 4359/2012, pela Deputada Mara Gabrilli (PSDB-SP), que: "Requer a retirada de assinatura à Emenda nº 05 à Medida Provisória 550 de 2011, de autoria do Deputado Eduardo Barbosa (PSDB/RJ) ".

16/02/2012 Mesa Diretora da Câmara dos Deputados - MESA

Deferido o REQ 4.356/12, conforme despacho do seguinte teor: "Deiro, nos termos do art. 104 c/c o art. 114, VII, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o pedido de retirada da Emenda n. 6, de autoria da Dep. Mara Gabrilli, à MPV 550/11. Publique-se".

Deferido o REQ 4.357/12, conforme despacho do seguinte teor: "Deiro, nos termos do art. 104 c/c o art. 114, VII, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o pedido de retirada da Emenda n. 14, de autoria da Dep. Mara Gabrilli, à MPV 550/11. Publique-se".

17/02/2012 Mesa Diretora da Câmara dos Deputados - MESA

Indeferidos os REQs 4352/12, 4353/12, 4354/12, 4355/12, 4358/12 e 4359/12 conforme despacho no seguinte teor: "Indeiro, nos termos do art. 102, § 4º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Publique-se".

28/02/2012 14:00 Sessão - Deliberativa Ordinária - PLENÁRIO - PLEN

Matéria não apreciada em face da não conclusão da apreciação da MPV 547/2011, item 01 da pauta, com prazo encerrado.

Matéria não apreciada em face da não conclusão da apreciação da MPV 547/11, item 01 da pauta, com prazo encerrado.

29/02/2012 19:28 Sessão - Deliberativa Extraordinária - PLENÁRIO - PLEN

Matéria não apreciada em face da não conclusão da apreciação da MPV 547/11, item 01 da pauta, com prazo encerrado.

02/03/2012 PLENÁRIO - PLEN

Apresentação do Requerimento n. 4483/2012, pelas Deputadas Mara Gabrilli (PSDB-SP) e outros, que: "Requer a retirada das Emendas nº 2, 3, 4, 5, 12 e 20 à Medida Provisória nº 550, de 2011".

05/03/2012 Mesa Diretora da Câmara dos Deputados - MESA

Deferido o Req. 4.483/12, conforme despacho no seguinte teor: "Defiro, nos termos do art. 104 c/c o art. 114, VII, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o pedido de retirada das Emendas ns. 2, 3, 4, 5, 12 e 20, de autoria dos Deputados Eduardo Barbosa, Otávio Leite e Mara Gabrilli, à MPV n. 550/11. Publique-se".

06/03/2012 14:00 Sessão - Deliberativa Ordinária - PLENÁRIO - PLEN

Matéria não apreciada em face do encerramento da Sessão.

07/03/2012 14:00 Sessão - Deliberativa Ordinária - PLENÁRIO - PLEN

Discussão em turno único.

Deferida pela Presidência a solicitação de prazo até a sessão ordinária seguinte feita pela Relatora, Dep. Mara Gabrilli (PMDB/SP), para proferir seu parecer, nos termos do artigo 6º, § 2º da Resolução nº 01, de 2002-CN.

13/03/2012 14:00 Sessão - Deliberativa Ordinária - PLENÁRIO - PLEN

Matéria não apreciada em face do cancelamento da Ordem do Dia.

14/03/2012 14:00 Sessão - Deliberativa Ordinária - PLENÁRIO - PLEN

Discussão em turno único.

Matéria sobre a mesa.

Aprovado o Requerimento do Dep. Sibá Machado, na qualidade de Líder do PT, que solicita preferência para apreciação da MPV 550/11, item 2 da pauta, renumerando-se as demais.

Parecer proferido em Plenário pela Relatora, Dep. Mara Gabrilli (PSDB-SP), pela Comissão Mista, que conclui pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa desta Medida Provisória e das Emendas de nºs 1, 7, 8, 9, 10, 11, 13, 15, 16, 17, 18, 19 e 21; pela adequação financeira e orçamentária desta Medida Provisória e das Emendas de nºs 1, 7, 8, 9, 10, 11, 13, 15, 16, 17, 18, 19 e 21; e, no mérito, pela aprovação desta Medida Provisória, pela aprovação integral da Emenda de nº 18; pela aprovação parcial das Emendas de nº 11, 13, 17 e 21, na forma do Projeto de Lei de Conversão apresentado; e pela a rejeição das Emendas de nº 1, 7, 8, 9, 10, 15, 16 e 19. (As emendas de nºs 2, 3, 4, 5, 6, 12, 14 e 20 foram retiradas pelos autores).

Discutiram a Matéria: Dep. Otavio Leite (PSDB-RJ), Dep. Claudio Cajado (DEM-BA) e Dep. Deley (PSC-RJ).

Encerrada a discussão.

Votação preliminar em turno único.

Aprovado, em apreciação preliminar, o Parecer do Relator, na parte em que manifesta opinião favorável quanto ao atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e de sua adequação financeira e orçamentária, nos termos do artigo 8º da Resolução nº 01, de 2002-CN.

Votação, quanto ao mérito, em turno único.

Aprovada a Medida Provisória nº 550, de 2011, na forma do Projeto de Lei de Conversão apresentado, com alterações, ressalvados os destaques.

Retirado o Destaque de Bancada do Bloco PV/PPS, para votação em separado da Emenda nº 7.

Retirado o Destaque de Bancada do DEM, para votação em separado da Emenda nº 16.

Votação da Emenda nº 19, objeto do Destaque para votação em separado da bancada do PSD.

Encaminhou a Votação o Dep. Guilherme Campos (PSD-SP).

Verificação da votação do requerimento, solicitada pelo Dep. Sibá Machado, na qualidade de Líder do PT, e pelo Dep. Guilherme Campos, Líder do PSD, em razão do resultado proclamado pela Mesa: "Rejeitada a Emenda", passando-se à sua votação pelo processo nominal.

Rejeitada a Emenda nº 19. Sim: 177; não: 192; total: 369.

Votação da Redação Final.

Aprovada a Redação Final assinada pela Relatora, Dep. Mara Gabrilli (PSDB-SP).

A matéria vai ao Senado Federal, incluindo o processado (MPV 550-A/2011) (PLV 6/12).

**ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO
CONGRESSO NACIONAL Nº 41, DE 2012**

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 550**, de 17 de novembro de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 18 de novembro de 2011, que “Altera a Lei nº 10.735, de 11 de setembro de 2003, que dispõe sobre o direcionamento de depósitos à vista captados pelas instituições financeiras para operações de crédito destinadas à população de baixa renda e a microempreendedores, e dá outras providências”, tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Congresso Nacional, 15 de fevereiro de 2012.

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'José Sarney', with a horizontal line drawn underneath it.

Senador José Sarney
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

MPV Nº 550	
Publicação no DO	18-11-2011
Designação Prevista da Comissão	21-11-2011
Instalação Prevista da Comissão	22-11-2011
Emendas	até 24-11-2011
Prazo na Comissão	18-11-2011 a 1º-12-2011 (14º dia)
Remessa do Processo à CD	1º-12-2011
Prazo na CD	2-12-2011 a 15-12-2011 (15º ao 28º dia)
Recebimento previsto no SF	15-12-2011
Prazo no SF	16-12-2011 a 8-2-2012 (42º dia)
Se modificado, devolução à CD	8-2-2012
Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD	9-2-2012 a 11-2-2012 (43º ao 45º dia)
Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de	12-2-2012 (46º dia)
Prazo final no Congresso	26-2-2012 (60 dias)
(*) Prazo prorrogado	26-4-2012
(*) Prazo prorrogado por Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 4, de 2012 – DOU (Seção 1) de 16-2-2012.	

MPV Nº 550	
Votação na Câmara dos Deputados	14-3-2012
Leitura no Senado Federal	
Votação no Senado Federal	

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964.

Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Art. 63. A liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.

§ 1º Essa verificação tem por fim apurar:

II - a importância exata a pagar;

LEI Nº 10.735, DE 11 DE SETEMBRO DE 2003.

Dispõe sobre o direcionamento de depósitos à vista captados pelas instituições financeiras para operações de crédito destinadas à população de baixa renda e a microempreendedores, autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa de Incentivo à Implementação de Projetos de Interesse Social - PIPS, e dá outras providências.

~~Art. 1º Os bancos comerciais, os bancos múltiplos com carteira comercial, a Caixa Econômica Federal, bem como as cooperativas de crédito de pequenos empresários, microempresários ou microempreendedores e de livre admissão de associados manterão aplicada em operações de crédito destinadas à população de baixa renda e a microempreendedores parcela dos recursos oriundos dos depósitos à vista por eles captados, observadas as seguintes condições:~~

Art. 1º Os bancos comerciais, os bancos múltiplos com carteira comercial e a Caixa Econômica Federal manterão aplicada em operações de crédito destinadas à população de baixa renda e a microempreendedores parcela dos recursos oriundos dos depósitos à vista por eles captados, observadas as seguintes condições: (Redação dada pela Lei nº 11.110, de 2005)

I - os tomadores dos recursos deverão ser:

a) pessoas físicas detentoras de depósitos à vista e aplicações financeiras de pequeno valor;

b) microempreendedores que preencham os requisitos estabelecidos para operações de crédito concedidas por entidades especializadas em operações de microcrédito; ou

c) pessoas físicas de baixa renda selecionadas por outros critérios; e

II - as taxas de juros efetivas serão limitadas, vedada a cobrança de quaisquer outras taxas ou despesas, à exceção de taxa de abertura de crédito.

Parágrafo único. Fica autorizada a utilização dos recursos de que trata o **caput** para operações de crédito em que sejam tomadores de recursos pessoas físicas com renda mensal de até dez salários mínimos, desde que os valores das operações sejam direcionados exclusivamente para adquirir bens e serviços de tecnologia assistiva destinados a pessoas com deficiência, na forma estabelecida em ato do Poder Executivo. (Incluído pela Medida Provisória nº 550, de 2011).

Publicado no DSF, de 20/03/2012.

Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado Federal – Brasília – DF
OS:10768/2012